



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO  
SUBSEQUENTE

**ADMINISTRAÇÃO**

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES  
**REITORA**

STEFANO MORAES DEMARCO  
**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO**

JAMILE DELAGNELO FAGUNDES DA SILVA  
**PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

JOSEFA SUREK DE SOUZA  
**PRÓ-REITORA DE ENSINO**

FERNANDO JOSÉ TAQUES  
**PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO**

FÁTIMA PERES ZAGO DE OLIVEIRA  
**PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

TIAGO LOPES GONÇALVES  
**DIRETOR GERAL DO *CAMPUS***

LUIZ LEANDRO DOS REIS FORTALEZA  
**DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

LUIS CLÁUDIO VILLANI ORTIZ  
**COORDENADOR DO CURSO**

LUIS CLÁUDIO VILLANI ORTIZ  
RAFAEL VINÍCIUS MARTINS  
CLÁUDIO BERTOTTO

FELIPE DE OLIVEIRA LAMBERG HENRIQUES DOS SANTOS

SANDRA DE FÁTIMA LUCIETTI

DANIEL TEMP

RICARDO BEAL

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO**

## sumário

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO .....</b>	<b>05</b>
<b>2. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>08</b>
2.1 Missão Institucional .....	08
2.2 Visão Institucional .....	08
2.3 Gênese e Identidade do Instituto Federal Catarinense .....	08
2.4 Breve Histórico Institucional IFC/Campus Fraiburgo .....	10
<b>3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO .....</b>	<b>11</b>
3.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO .....	11
3.1.1 Políticas de Ensino .....	11
3.1.2 Políticas de Pesquisa .....	13
3.1.3 Políticas de Extensão .....	14
2.4 Breve Histórico Institucional IFC/Campus Fraiburgo .....	14
3.2 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE .....	15
<b>4. PERFIL DO CURSO .....</b>	<b>16</b>
4.1 JUSTIFICATIVA .....	16
4.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	19
4.2.1 Interdisciplinaridade, integração, intersecção curricular e temas transversais .....	19
4.2.2 Curricularização da pesquisa e extensão .....	20
4.2.3 Atividades curriculares complementares .....	23
4.2.4 Atividades não presenciais .....	24
4.3 OBJETIVOS DO CURSO .....	24
4.3.1 Objetivo Geral .....	24
4.3.2 Objetivos Específicos .....	24
4.4 DESENHO CURRICULAR .....	25
<b>5. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO .....</b>	<b>25</b>
5.1 Relação Teoria e Prática .....	26
5.2 Processos Interdisciplinares .....	26
5.3 Prática Profissional .....	27
<b>6. PERFIL DO EGRESSO .....</b>	<b>29</b>
6.1 Conhecimentos na Área do Saber .....	31
6.2 Campo de Atuação .....	31

<b>7. FORMA DE ACESSO</b> .....	<b>29</b>
<b>7.1 POLÍTICA DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE DO IFC</b> .....	<b>32</b>
7.1.1 Pessoas com Deficiências e Necessidades Específicas .....	32
7.1.2 Atendimento aos alunos com Necessidades Específicas .....	32
7.1.3 Atendimento aos alunos com Deficiência .....	32
7.1.4 Flexibilização Curricular .....	34
<b>8. DA MATRÍCULA</b> .....	<b>35</b>
8.1 Trancamento de Matrícula .....	35
8.2 Cancelamento de Matrícula .....	35
8.3 Transferência .....	36
<b>9. CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA</b> .....	<b>36</b>
9.1 Terminalidade Específica - Da Certificação Diferenciada .....	37
<b>10. AVALIAÇÃO DO CURSO</b> .....	<b>38</b>
<b>11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM</b> .....	<b>38</b>
11.1 Objetivos da Avaliação .....	
11.2 Instrumentos e Critérios de Avaliação .....	
11.3 Avaliação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais .....	40
11.4 Revisão da avaliação .....	42
11.5 Avaliação em Segunda Chamada .....	43
11.6 Recuperação paralela .....	43
11.7 Aprovação e reprovação .....	44
<b>12. DO REGIME DE EXERCÍCIOS DOMICILIARES</b> .....	<b>45</b>
<b>13. REOFERTA DE DISCIPLINAS</b> .....	<b>46</b>
<b>14. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS</b> .....	<b>46</b>
<b>15. AVALIAÇÃO DO EXTRAORDINÁRIO SABER</b> .....	<b>47</b>
<b>16. ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO</b> .....	<b>48</b>
<b>17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC</b> .....	<b>49</b>
<b>18. MATRIZ CURRICULAR</b> .....	<b>51</b>
18.1 Componentes curriculares optativos .....	52
<b>19. TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DO CAMPUS</b> .....	<b>53</b>
<b>20. CORPO DOCENTE</b> .....	<b>54</b>
<b>21. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA</b> .....	<b>55</b>
21.1 Biblioteca .....	56
21.2 Áreas de Ensino específicas .....	56
21.3 Áreas de esporte e convivência .....	56

21.4 Área de atendimento ao estudante .....	56
22. REFERÊNCIAS .....	56
23. APÊNDICE - EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES ....	57

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do Curso	CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE EM ADMINISTRAÇÃO
Coordenador	Luís Cláudio Villani Ortiz Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva – 40 horas Titulação: Doutorado E-mail: luis.ortiz@ifc.edu.br
Núcleo Docente Básico (NDB)	Cláudio Bertotto – Doutorando em Ciências Sociais - Antropologia E-mail: claudio.bertotto@ifc.edu.br Regime de Trabalho - Dedicção Exclusiva 40 horas  Felipe de Oliveira Lamberg Henriques dos Santos - Mestre em Matemática e Computação Científica E-mail: felipe.santos@ifc.edu.br Regime de Trabalho - Dedicção Exclusiva 40 horas  Rafael Vinícius Martins – Mestrando em Educação E-mail: rafael.martins@ifc.edu.br Regime de Trabalho - Dedicção Exclusiva 40 horas  Daniel Temp – Doutor em Filosofia E-mail: daniel.temp@ifc.edu.br Regime de Trabalho - Dedicção Exclusiva 40 horas (professor substituto)  Luis Cláudio Villani Ortiz - Doutor em Desenvolvimento Regional E-mail: luis.ortiz@ifc.edu.br Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva – 40 horas  Sandra de Fátima Lucietti – Mestre em Educação E-mail: sandra.lucietti@ifc.edu.br Regime de Trabalho: 40 horas (pedagoga área)
Modalidade	Presencial
Grau	Ensino Técnico de Nível Médio Subsequente
Titulação	Técnico em Administração
	Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023  Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio  Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Técnico de Nível Médio  Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).  Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.

Legislação	<p>Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.</p> <p>Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.</p> <p>Lei nº 5.154/2004</p> <p>Lei nº 13.005 de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação</p> <p>Lei nº 13.146 de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.</p> <p>Parecer CNE/CEB no 2/2013 de 31/01/2013</p> <p>Decreto nº 5.154/2004</p> <p>Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020 – (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos)</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 3/2018 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Profissionais Técnicos de Nível Médio;</p> <p>Resolução no 054 de 25 de setembro de 2013 – CONSUPER/2013</p> <p>Parecer CNE/CEB 40/2004.</p> <p>Parecer CNE/CEB 39/2004</p> <p>Resolução nº 10/2021 – CONSUPER (Organização Didática dos Cursos do IFC)</p> <p>Documento Orientador dos Cursos de Graduação e Técnicos Subsequentes do IFC;</p> <p>Portaria Normativa nº 4 CONSEPE/2019 IFC que regulamenta a oferta de componentes curriculares a distância;</p> <p>Resolução n. 02 CONSUPER/2022 normatiza a curricularização da extensão e pesquisa;</p>
Eixo Tecnológico	Gestão e Negócios
Local de oferta	IFC <i>Campus</i> Fraiburgo - Rua Cruz e Souza, nº 89, Bairro Jardim das Araucárias
Turno	Noturno
Número de vagas	40 vagas
Carga horária do Curso	870 + 30h (optativas) = 900h
Periodicidade	Semestral
Períodos	Matrícula inicial e rematrícula semestral, de acordo com normatização própria. Duração mínima de 3 semestres. Duração máxima de 6 semestres.

## 2. APRESENTAÇÃO

Os Institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de Educação Profissional e Tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contém a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, oferecendo Formação Inicial e Continuada (FIC); Ensino Médio Integrado, Cursos Superiores de Tecnologia, Bacharelado em Engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina.

O IFC oferecerá cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela lei 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiam todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político Institucional (PPI), com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Administração, com o intuito de expressar os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, juntamente com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso.

Cabe salientar que devido à importância do PPC, o mesmo deverá estar em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado sempre que for necessário com o objetivo de integrar as evoluções que acontecem na área de Gestão e Negócios.

Através desta perspectiva é possível formar adequadamente os estudantes para os desafios do mundo do Trabalho, possibilitando o estudante, de alterar a trajetória da sua história profissional.



## **2.1 Missão Institucional**

Ofertar uma educação de excelência, pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural do indivíduo e da sociedade que ele constitui.

## **2.2 Visão Institucional**

Ser referência em educação, ciência e tecnologia na formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva, social e ambientalmente equilibrada.

## **2.3 Gênese e Identidade do Instituto Federal Catarinense**

O IFC tem sua Reitoria instalada na cidade Blumenau, criado pela Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008) e possui atualmente quinze campi distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira.

De acordo com a Lei, o Instituto Federal é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação gozando das seguintes prerrogativas: autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Essa Instituição abrange todo o território catarinense, o que contribui para posicionar a nova estrutura do IFC numa Instituição de desenvolvimento estadual e, seus *campi* em elos de desenvolvimento regional, garantindo-lhe a manutenção da respeitabilidade, junto às comunidades onde se inserem suas antigas instituições, cuja credibilidade foi construída ao longo de sua história.

No âmbito da gestão institucional, o IFC busca mecanismos participativos para a tomada de decisão, com representantes de todos os setores institucionais e da sociedade. Com a criação dos Institutos Federais, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica aumenta significativamente a inserção na área de pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, além de apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, bem como o desenvolvimento integral do cidadão em termos sociais, políticos, culturais e socioambientais.

## **2.4 Breve histórico Institucional/IFC *Campus Fraiburgo***

O *Campus* Fraiburgo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC – está localizado no centro da cidade de Fraiburgo, no meio-oeste de Santa Catarina, a 1048 metros de altitude. O município de Fraiburgo faz parte do Alto Vale do Rio do Peixe, tem uma área de 546km<sup>2</sup> e se encontra a 380km da capital Florianópolis. Seus municípios limítrofes são: Fraiburgo, Monte Carlo, Tangará, Curitibanos, Frei Rogério, Lebon Régis e Rio das Antas.

O prédio onde se localiza o *Campus* do IFC Fraiburgo foi construído nos anos de 1960 e abrigou a escola Sedes Sapientiae (Sede da Sabedoria), dirigida pelo Padre Biaggio Simonetti por mais de 20 anos. A Sede chegou a oferecer cursos de Técnico em Contabilidade e Agropecuária.

Na primeira década do século XXI, o edifício abrigou o Centro Educacional Profissional de Fraiburgo (CEPROF). Com a federalização do Cefprof, foi possível retomar e ampliar a oferta de cursos.

Em 2008, com a publicação da Lei 11.892, foram criados os Institutos Federais. As Escolas Técnicas e os Colégios Agrícolas de Santa Catarina foram integrados e passaram a ser *Campus* do Instituto Federal Catarinense.

Em 2010 a unidade Videira, que funcionava como extensão de Concórdia, foi elevada à condição de *Campus* Videira. Em 2012, como extensão de Videira, foi criado o *Campus* Avançado de Fraiburgo, que iniciou as atividades pedagógicas em 1º de agosto de 2012.

Em 23 de abril de 2013, a unidade foi elevada à condição de *Campus* Fraiburgo. Atualmente ofert cursos de Qualificação Profissional nas mais diversas áreas; Ensino Médio Técnico Integrado na área de Informática; cursos subsequentes em Segurança do Trabalho, Edificações e Administração; EJA-EPT – Ensino Médio com Qualificação em Informática para a Internet e o Curso Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Fraiburgo tem uma população de 34.553 habitantes, de acordo com o censo do IBGE (2010), contudo, durante a colheita da maçã (janeiro a abril) a cidade recebe cerca de 10.000 trabalhadores temporários a mais. A maçã é fonte importante na renda do município, que investe na cultura do fruto devido às baixas temperaturas do município.

Originalmente o município tinha vastas florestas de araucária, imbuia e cedro, habitadas pelos povos nativos Kaingang e Xokleng. Durante as revoluções do século XIX – Farroupilha 1835-1845) e Federalista 1893-1895) – as terras do meio-oeste começaram a ser povoadas por fugitivos e remanescentes dos combates.

Entre 1912 e 1916 o território do município foi um dos palcos da sangrenta Guerra do Contestado. Em 1919 a família Frey, proveniente da Alsácia (região francesa, na fronteira com

a Suíça e a Alemanha) se estabeleceu no município e iniciou a exploração das matas nativas. Em 1949, Fraiburgo se tornou distrito de Fraiburgo e em 1961 obteve sua emancipação.

Com a exaustão das florestas, os colonizadores começaram a buscar alternativas econômicas. Além de plantar uva para fabricar vinho, a família Frey produziu mudas de frutíferas européias que deram início à transformação de Fraiburgo na Terra da Maçã - a fruta que melhor se adaptou à região e ao clima” (SEBRAE, 2013). Além da produção de maçã, outras fontes de riqueza na economia de Fraiburgo são a indústria madeireira com o plantio do *pinus elliottii*, a indústria de móveis e a produção de papel e celulose.

Devido à economia do município, em 2010 Fraiburgo ocupava a 40ª posição no ranking IPC (Índice Potencial de Consumo) entre os 295 municípios catarinenses e 696ª no ranking brasileiro. De acordo com o índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, Fraiburgo possui uma posição moderada com 0,8337 pontos, ocupando a 109ª posição no ranking catarinense e 1241ª no ranking brasileiro.

Na área educacional, de acordo com a ferramenta Cidades do IBGE, citando o Censo Educacional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) 2017, Fraiburgo apresenta 31 Escolas Municipais, 07 Estaduais, 01 Federal e 03 particulares.

Diante do quadro exposto, para contribuir com o desenvolvimento de Fraiburgo e Região, o IFC *campus* Fraiburgo, se propõe a oferecer o curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio.

### **3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO**

#### **3.1 POLÍTICAS DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO**

##### **3.1.1 Políticas de Ensino**

A concepção Institucional de formação técnica está alicerçada nos seus sentidos filosófico, epistemológico e político explicitados por Ramos (2010), ao vislumbrar-se a possibilidade de se ter num espaço de tempo mais imediato a efetivação de práticas educativas emancipatórias e, no horizonte, a construção de sujeitos emancipados. Em relação ao sentido filosófico do ensino em seu sentido profissionalizante, Ramos (2010) apresenta uma concepção de formação humana que toma a perspectiva da integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos de modo a integrar, de forma unitária, as dimensões fundamentais da vida: o trabalho (como princípio educativo), o conhecimento (ciência e tecnologia) e a cultura.

O trabalho é concebido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção

da existência e objetivação da vida humana (BRASIL/MEC, 2007, p. 43). Portanto, constitui-se num princípio educativo que possui um duplo sentido: um sentido ontológico e um sentido histórico. Em relação ao sentido ontológico, é tido como práxis humana pela qual o homem produz a sua própria existência na relação com a natureza e os outros homens, produzindo conhecimentos que apropriados socialmente propõem-se a transformar as condições naturais da vida, as potencialidades e os sentidos humanos, e portanto induz à compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, constituindo-se assim em princípio organizador da base unitária do ensino médio. Em seu sentido histórico, transformado em trabalho assalariado e, portanto, como uma categoria econômica e práxis produtiva, também produz conhecimentos, logo também é princípio educativo no ensino médio, uma vez que ao colocar exigências específicas para o processo educativo visa a participação direta dos membros da sociedade no trabalho, fundamentando e justificando a formação específica para o exercício de uma profissão (BRASIL/MEC, 2007, p. 46-47).

Quanto à tecnologia, esta é concebida como uma mediação entre a ciência (apreensão e desvelamento do real) e a produção (intervenção no real), que, em perspectiva histórica, estão estreitamente ligadas ao avanço da ciência como força produtiva (revolução industrial, taylorismo, fordismo e toyotismo). Assim, identificam-se duas relações entre ciência e tecnologia: a primeira é que tal relação se desenvolve com a produção industrial; a segunda é que esse desenvolvimento visa à satisfação de necessidades sentidas pela humanidade, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas (BRASIL/MEC, 2007, p. 44).

A cultura, por sua vez, é definida como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização. É um processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social.

Assim, compreende-se como indispensável que tais categorias estejam circunscrevendo as práticas pedagógicas desenvolvidas em cada um dos *Campus*, para que seja possível realizar uma formação integrada e omnilateral. Usa-se o conceito de Frigotto (2012) para formação omnilateral:

Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza. (2012, p.265).

Tendo em vista que a educação omnilateral dos sujeitos não está dada, e que, portanto, é uma construção que se dá nas relações sociais, é necessário tomar o conhecimento a partir de uma perspectiva de totalidade. Assim, concebe-se que a Educação Profissional também possui um sentido epistemológico, que toma o conhecimento na perspectiva da totalidade, compreendendo os fenômenos tanto naturais quanto sociais como síntese de múltiplas relações às quais o pensamento se dispõe a aprender. Implica uma unidade entre os conhecimentos gerais e específicos, bem como a relação entre parte e totalidade na organização curricular. Daí advém a necessidade das abordagens contextualizadas e ações integradas em seus diferentes níveis no currículo dos cursos de Educação Profissional, de modo a estabelecer relações dinâmicas e dialéticas entre os contextos em que os conhecimentos foram e que são construídos e implementados.

O IFC optou pela oferta de formação profissional técnica nas formas integrada e subsequente. Aquela deve considerar que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio orienta-se pelos princípios do currículo integrado e pela estruturação em eixos tecnológicos que compõem o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; já essa se destina àqueles que já concluíram o ensino médio e procuram uma qualificação profissional para se inserirem no mundo do trabalho, buscando uma formação profissional técnica baseada na formação que lhes possibilite a aprendizagem ao longo da vida para a (re)construção de seus projetos futuros. A forma concomitante também está prevista nas possibilidades de oferta em articulação com a educação básica, porém, esta deve ser ofertada apenas com concomitância externa.

### **3.1.2 Políticas de Pesquisa**

Um dos grandes desafios da educação profissional e tecnológica está na busca de caminhos que possibilitem viabilizar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho. Assim, entende-se que a pesquisa na educação profissional estabelece uma estreita relação com o ensino e a extensão, uma vez que o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam, acompanhando o princípio da verticalidade.

Desta forma, no âmbito do IFC, a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisas preconizadas pela legislação vigente.

A integração da pesquisa com o ensino é concretizada por meio de estratégias pedagógicas contempladas nos currículos dos cursos, possibilitando aos discentes o envolvimento com métodos

e técnicas de pesquisas e a compreensão das estruturas conceituais nas diferentes áreas do saber e de acordo com os diferentes níveis de formação. Da mesma forma, para acompanhar as tendências tecnológicas emergentes, a Instituição priorizará a formação continuada de profissionais pesquisadores, docentes e técnicos, por meio da realização de cursos de capacitação e de eventos para atualização e divulgação de resultados de pesquisas.

Nesse sentido, as diretrizes que orientam as ações de pesquisa, pós-graduação e inovação visam consolidar níveis de excelência nas atividades de pesquisa, especialmente nas aplicadas, por meio do estímulo ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e à extensão de seus benefícios à comunidade. Assim, os esforços são direcionados para que os conhecimentos produzidos possam contribuir com os processos locais e regionais, numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global, bem como para que tenham caráter inovador, para buscar a melhoria contínua desses processos.

### **3.1.3 Políticas de Extensão**

Os limites e possibilidades da Rede Federal de EPCT impactam diretamente no desenvolvimento da Extensão. Verificam-se desafios, avanços e possibilidades. Entre os avanços, destacam-se dois. Primeiramente, a institucionalização da atividade extensionista. É mister citar a Constituição Brasileira (1988), que preceitua a indissociabilidade entre o Ensino, a Extensão e a Pesquisa; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que confere importância às atividades extensionistas; e a destinação, feita pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), que destina 10% a ações de extensão.

O segundo avanço relaciona-se com a priorização da Extensão em vários programas e investimentos do Governo Federal, entre os quais dois, desenvolvidos no âmbito do MEC, merecem destaque: o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e o Programa de Educação Tutorial (PET). É preciso ressaltar, tendo em vista os espaços em que a extensão ainda não foi normatizada ou ainda não é implementada, sua relevância para a renovação da prática e métodos acadêmicos. Sem as ações extensionistas, está-se vulnerável à repetição dos padrões conservadores, que reiteram a endogenia, obstaculizando o cumprimento da missão dos Institutos Federais.

A implantação de normatizações próprias e a implementação de ações extensionistas, objetivando a promoção de transformações na Rede Federal de EPCT, devem ser orientadas pelo conceito e diretrizes da Extensão.

Fruto de longo, amplo, aberto e continuado debate no âmbito do Fórum de Extensão da

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como da experiência extensionista dos servidores do Instituto Federal Catarinense, apresenta-se o conceito de Extensão: A extensão no âmbito do Instituto Federal Catarinense é um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

Assim conceituada, a Extensão denota uma postura dos câmpus do IFC nas sociedades em que se inserem. Seu escopo é o de natureza processual multifacetada, pretendendo promover transformações não somente na comunidade interna, mas também nos segmentos sociais com os quais interage. O conceito de Extensão e entendimentos pactuados no âmbito do Fórum FORPROEXT cumprem função *sine que non* na orientação de nossa práxis extensionista.

### 3. 2 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este tem como objetivos, democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros.

O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, ou beneficiários de bolsa integral em escola particular, com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.

Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades: Auxílio Moradia e Auxílio Permanência I e II.

## 4. PERFIL DO CURSO

### 4.1 JUSTIFICATIVA

O curso Técnico em Administração vem ao encontro dos potenciais econômicos e necessidades regionais, caracterizados pela presença marcante de estabelecimentos comerciais, industriais e de agronegócios. Para implementação do Curso Técnico em Administração foi realizada uma pesquisa e audiência pública, visando atender as demandas e as necessidades do município de Fraiburgo e região. O Instituto Federal Catarinense, *Campus* Fraiburgo, oferece cursos de formação profissional de qualidade, articulada com as constantes evoluções da ciência e da tecnologia, possibilitando a inserção ativa e autônoma dos indivíduos no mundo do trabalho.

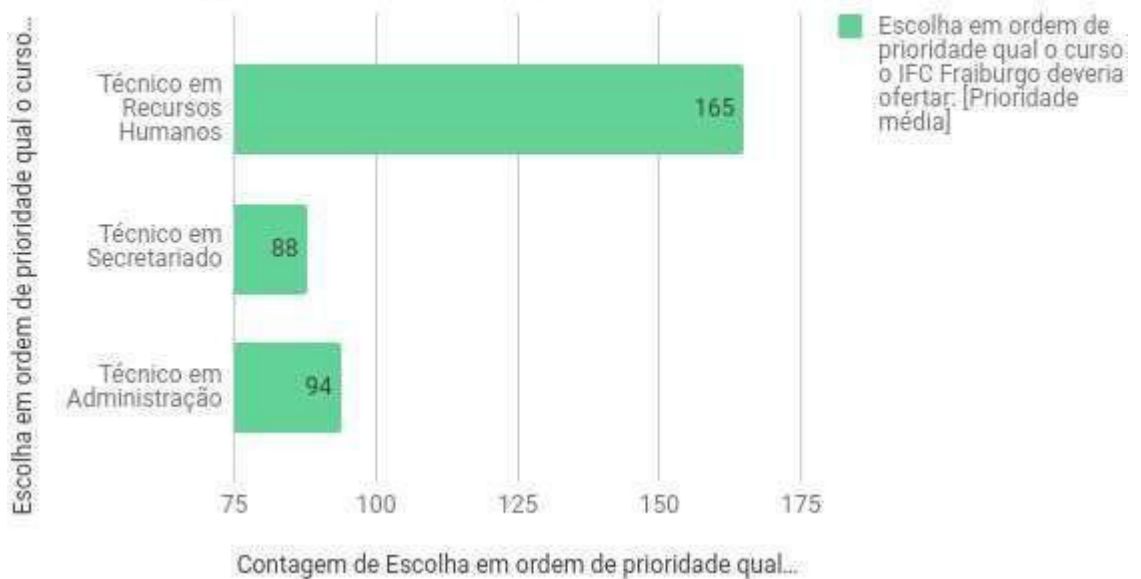
Para fortalecer e complementar o entendimento da necessidade deste curso, o IFC - *Campus* Fraiburgo também realizou uma pesquisa a fim de conhecer a preferência da comunidade às ofertas de cursos de nível técnico. As opções de cursos oferecidas no questionário, com possibilidade de oferta pelo *Campus* Fraiburgo, foram de cursos:

- Técnico em Administração
- Técnico em Recursos Humanos
- Técnico em Secretariado

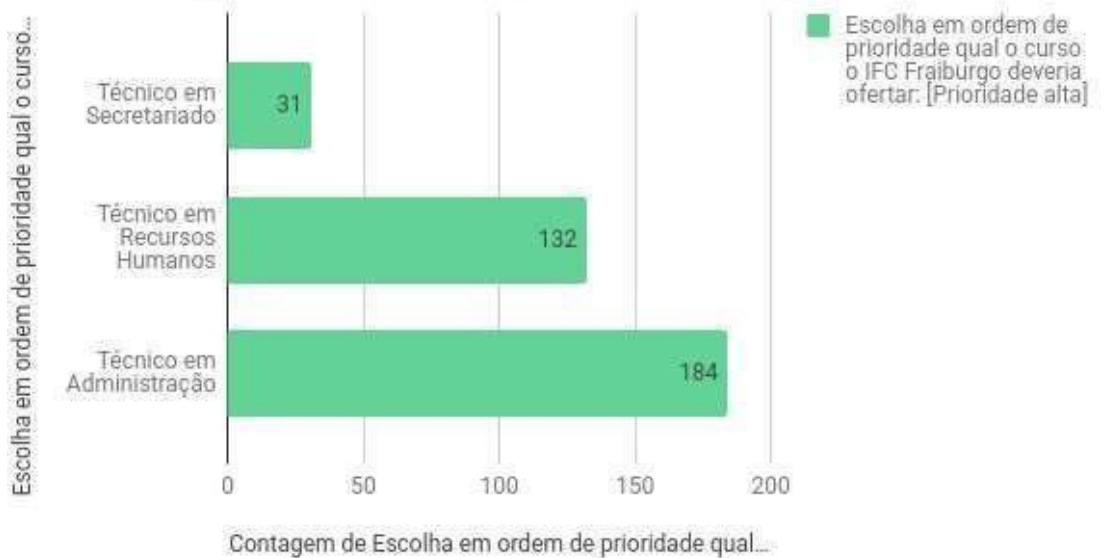
A metodologia utilizada para esta pesquisa foi criar um formulário on-line utilizando a ferramenta Google Formulários, que consiste em instrumento de pesquisa para levantamento de dados, onde o entrevistado é convidado a manifestar sua opinião acerca das questões suscitadas. Este formulário foi disponibilizado para a comunidade interna (alunos e servidores) e comunidade externa (Câmara de Dirigentes Lojistas, Associação Empresarial de Fraiburgo, Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes), que divulgaram junto aos seus colaboradores e interessados, os quais responderam às perguntas apresentadas nos gráficos abaixo:



### Contagem de Escolha em ordem de prioridade qual o curso o IFC Fraiburgo deveria ofertar: [Prioridade média]



### Contagem de Escolha em ordem de prioridade qual o curso o IFC Fraiburgo deveria ofertar: [Prioridade alta]



Diante dos resultados apresentados nos gráficos, demonstrou-se que o curso Técnico em Administração obteve o maior interesse dos entrevistados, com 184 de 347 votos no parâmetro de primeira opção, representando 53,02% dos votos.

Como segunda opção, os entrevistados optaram pelo curso Técnico em Recursos Humanos, com 132 votos, representando 38,04% das respostas.

Na terceira e última posição restou o curso Técnico em Secretariado com 31 votos, também no parâmetro de primeira opção, o que representa 8,93% dos votos.

Dessa forma, vistas e analisadas as respostas obtidas e apresentadas nos gráficos acima, optou a comunidade e decidiu a equipe gestora por oferecer o curso Técnico em Administração, que obteve mais de 50% da preferência dos entrevistados quando perguntados acerca da primeira opção de curso.

O Curso Técnico em Administração tem o intuito de formar profissionais que poderão atuar como técnicos em funções administrativas ou empreendedoras, preparados para executar atividades administrativas da organização relacionadas aos processos de gestão de pessoas, operações logísticas, gestão de materiais e patrimônio, marketing, vendas e finanças.

Nesse sentido, o presente curso se propõe a atender as transformações no contexto socioeconômico mundial ocorridas nas últimas décadas e ao crescimento do fenômeno da globalização, identificando-se a necessidade do desenvolvimento de novas habilidades necessárias aos profissionais da era do conhecimento. O mercado mundial tornou-se mais competitivo e exigente, tanto em produtos como em serviços, o que impõe uma nova postura profissional. Nesse aspecto, um curso na área de gestão e negócio pode ser um instrumento essencial no processo de suporte e desenvolvimento de diversas atividades gerenciais e operacionais. Há uma grande demanda do contexto socioeconômico para a formação de profissionais nessa área, a fim de atender às necessidades do mundo do trabalho.

Em Fraiburgo não há outra instituição que ofereça o curso Técnico em Administração que se encaixe no eixo de Gestão de Negócios. Conforme levantamento, foi verificado que na região existem cursos semelhantes em instituições particulares, porém, nenhum deles na modalidade subsequente, restando este o único nesta configuração: noturno, subsequente e público .

Em Videira, há um curso superior de bacharelado em Administração, com duração de quatro anos, ofertado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), instituição particular, com mensalidade paga. Em Caçador, também há um curso superior de bacharelado em Administração, com duração de quatro anos, ofertado pela Universidade do Vale do Rio do Peixe (UNIARP), instituição particular, com mensalidade paga. As instituições públicas que ofertam cursos na área, todas estão localizadas no litoral catarinense, distantes de nossa realidade, com exceção de um curso Técnico Integrado em Administração oferecido pelo IFSC de Caçador.

Considerando que é um mercado promissor e continua em expansão, além da falta de oferta de curso gratuito na área de Administração em instituições públicas da região, é importante que o IFC - *Campus* Fraiburgo ofereça tal curso para suprir a demanda por profissionais na área, possibilitando aos seus estudantes ensino de qualidade e gratuito em Instituição Pública Federal e se consolidando no cenário regional e estadual como formadora de profissionais altamente capacitados. Assim, a oferta do curso Técnico em Administração, pertencente ao eixo Gestão e

Negócios, pode impulsionar o desenvolvimento de arranjos produtivos locais, contribuindo com o desenvolvimento da cidade e regiões próximas, oportunizando à população uma alternativa para capacitação profissional.

Além disso, o IFC - *Campus* Fraiburgo abrange os seguintes municípios: Frei Rogério, Iomerê, Lebon Régis, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Caçador, Tangará e Videira, somando uma população de 201.000 pessoas (IBGE, 2016). Portanto, trará benefícios também a todas essas cidades em seu entorno.

Nesse sentido, a implantação do curso Técnico em Administração, no âmbito do Estado de Santa Catarina, atende às demandas geradas pelo contexto social, econômico e político, aos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao Plano de Desenvolvimento da Educação, à função social e às finalidades do IFC, ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que em reunião referente ao período 2019-2023, propôs a implementação de um novo eixo tecnológico na área de Gestão e Negócios no *Campus* Fraiburgo, bem como às diretrizes curriculares nacionais e às orientações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Assim, o IFC - *Campus* Fraiburgo propõe-se a oferecer o curso Técnico em Administração, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando Técnicos em Administração, por meio de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capazes de impulsionar a formação humana e o desenvolvimento econômico da região, articulado aos processos de democratização e justiça social.

## 4.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

### 4.2.1 Interdisciplinaridade, integração, intersecção curricular e temas transversais

A Interdisciplinaridade enquanto metodologia de integração reúne estudos complementares de diversos especialistas em um contexto de estudo de âmbito mais coletivo. Implica uma vontade e compromisso de elaborar um contexto mais geral, no qual cada uma das disciplinas em contato é modificada, as quais passam a interagir claramente umas com as outras. Aqui se estabelece uma interação entre duas ou mais disciplinas, com equilíbrio de forças nas relações estabelecidas, que resultará na intercomunicação de conceitos e de terminologias fundamentais. Os conceitos, contextos teóricos, procedimentos, etc., enfrentados pelos alunos, encontram-se organizados em torno de unidades mais globais, de estruturas conceituais compartilhadas por várias disciplinas.

A interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visa à superação

da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular, utilizando de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem.

Os docentes devem construir seus Planos de Ensino de forma conjunta buscando conteúdos programáticos que interajam dentro das disciplinas, buscando a integração entre as áreas do saber, numa superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular, a partir de diferentes formas de colaboração interdisciplinar e integração.

Para avançar na direção da interdisciplinaridade, ou das atividades integradoras, as disciplinas de cada semestre deverão ser programadas em conjunto com os docentes de todas os componentes curriculares do semestre, buscando:

- Planejamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Planejar a utilização dos laboratórios de forma atender as necessidades de cada componente curricular;
- Evitar sobreposição de conteúdos;
- Estabelecer a complementaridade entre os componentes curriculares;
- Uniformizar critérios de avaliação;
- Maior eficiência no aproveitamento de aulas práticas e visitas técnicas que envolvem o trabalho em estabelecimentos externos à instituição;
- Realização de seminários temáticos e ciclos de palestras;
- Contemplar a contextualização, programando conteúdos que enfoquem áreas específicas de interesse do curso como as questões ambientais, sociais, sustentabilidade, regionais, produtivas, dentre outras.

A educação alimentar e nutricional, conforme a lei no 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica, e que trata da inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, será abordado como tema transversal no componente curricular de Legislação Empresarial, sendo trabalhado de forma interdisciplinar.

A abordagem do tema de processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (lei no 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso) criará a oportunidade de discutir, no ambiente escolar, sobre hábitos mais saudáveis de vida, sobre preconceitos e sobre ser um cidadão com direitos e deveres.

Procura-se, assim, obter uma escola mais articulada com os assuntos da atualidade, firmando diálogos e reflexões, criando uma nova maneira de agir e de pensar sobre os idosos. O tema será abordado na disciplina de Gestão de Pessoas.

#### **4.2.2 Curricularização da pesquisa e extensão**

A curricularização da pesquisa e extensão permite, para além da ideia de justificar a existência da tríade ensino-pesquisa-extensão, articular a pesquisa como princípio, a extensão como ação e o ensino como síntese. Integrar a curricularidade da pesquisa e da extensão ao desenvolvimento do ensino possibilita vivenciar práticas e saberes que extrapolam os esquemas tradicionais que compõem os currículos acadêmicos.

Os princípios da curricularização da Extensão, da Pesquisa e Inovação:

**I-** Interação dialógica - desenvolvimento de relações entre o IFC e setores sociais, marcados pelo diálogo, troca de saberes, superação do discurso da hegemonia profissional e tecnológica para uma aliança com movimentos sociais de superação das desigualdades e de exclusão.

**II-** Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade – busca a combinação de especialização e interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas, áreas do saber, áreas profissionais, assim como pela construção de alianças intersetoriais, intra-organizacionais e interprofissionais.

**III-** Indissociabilidade ensino, pesquisa-inovação e extensão – considerando que as ações integradas adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento. Nesse princípio, esta relação de indissociabilidade deverá promover uma nova visão de sala de aula, mais ampliada, tendo alunos e professores como sujeitos do ato de aprender e comprometidos com a democratização de saberes.

**IV-** Integração dos conhecimentos - seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas. As ações integradas possibilitam enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários do IFC com a sociedade. Neste sentido, a participação do estudante deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização e a integralização do currículo.

**V-** Transformação social - reafirma a extensão, a pesquisa, a inovação e o ensino como mecanismos pelos quais se estabelece a inter-relação do IFC com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da população, e propiciadora do desenvolvimento social e regional e de aprimoramento das políticas públicas.

Para efeito de curricularização, as atividades de extensão e de pesquisa, são caracterizadas nas seguintes modalidades:

1. Programa: conjunto de ações contínuas de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, que articula e envolve diferentes projetos e ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica, entre outros) de ensino, pesquisa, extensão, inovação, desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo, dentre outros. Os programas devem destacar o envolvimento e interação das comunidades externas e estar previstos nos respectivos projetos pedagógicos;
2. Projeto: conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional, associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivos específicos e prazo definido, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes e/ou técnicos administrativos, estudantes e a comunidade externa. Os projetos podem estar vinculados ou não a um programa institucional ou de natureza governamental;
3. Cursos e oficinas: conjunto articulado de atividades pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, com o envolvimento e interação das comunidades externas, seja para a formação continuada, aperfeiçoamento e/ou disseminação de conhecimento, planejada, organizada e avaliada de modo sistemático, com carga horária e critérios de avaliação definidos;
4. Evento: ação episódica que implica na apresentação e/ou exibição pública e livre, de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna; Prestação de serviço: realização de atividades vinculadas às áreas de atuação da instituição (como consultoria; assessoria; curadoria; atendimentos; práticas profissionais; transferência tecnológica, entre outros), que dão respostas às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, apresentando articulação entre o IFC e sociedade, priorizando iniciativas de diminuição das desigualdades sociais;
5. Publicações acadêmicas: produções acadêmicas de caráter indissociável da pesquisa/extensão para difusão e divulgação artística, cultural, científica ou tecnológica. São consideradas nesta modalidade a elaboração e produção de livros e capítulos de livros, artigos e, no caso de eventos, resumos expandidos (completos);
6. Outras ações: conjunto de atividades articuladas ao curso, que envolvam problematização, desenvolvimento científico e tecnológico, ou diálogo e transferência de conhecimento com a comunidade.

As estratégias de curricularização da extensão e da pesquisa, definidas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), devem constituir componente(s) curricular(es) da matriz, podendo

ser contempladas como parte da carga horária de disciplina(s) e como atividade acadêmica, composta de ações de extensão e pesquisa nas modalidades descritas acima, devidamente cadastradas na instituição.

No Curso Técnico em Administração as ações de curricularização da extensão e da pesquisa definidas neste PPC, asseguram no mínimo 5% (cinco por cento) da carga horária do curso (60 horas) e ocorrerão da seguinte forma:

I - Como parte da carga horária de componentes curriculares específicos:

- a. Gestão de Pessoas (25 horas)
- b. TCC (45 horas)

II - Como disciplina específica por meio do componente Metodologia do Trabalho Acadêmico com 30 horas.

Componente Curricular	CH TOTAL	CURRICULARIZAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO
Metodologia do Trabalho Acadêmico	30h	30h
Gestão de Pessoas	60h	10h
TCC	60h	60h
TOTAL		100h

### 4.2.3 Atividades Curriculares Complementares

O curso não adotará atividades complementares obrigatórias.

### 4.2.4 Atividades não presenciais

O curso Técnico Subsequente em Administração do Campus Fraiburgo declinará da oferta de atividades não presenciais.

## 4.3 OBJETIVOS DO CURSO

### 4.3.1 Objetivo Geral

Formar Técnicos em Administração competentes, técnica, ética e politicamente, forjando profissionais com elevado grau de responsabilidade social e perfil empreendedor.

### 4.3.2 Objetivos Específicos

- Aplicar conceitos e modelos de gestão em funções administrativas;
- Operar sistemas de informações gerenciais de pessoal e de materiais;
- Desenvolver os potenciais dos estudantes para a liderança, o empreendedorismo e a inovação;
- Atuar social e profissionalmente de forma ética;
- Revelar atitude criativa e proativa frente à gestão.

### 4.4 DESENHO CURRICULAR



## 5. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

A partir da década de noventa, com a publicação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a Educação Profissional passou por diversas mudanças nos seus direcionamentos filosóficos e pedagógicos, passa a ter um espaço delimitado na própria lei, configurando-se em uma modalidade da educação nacional. Mais recentemente, em 2008, as Instituições Federais de Educação Profissional foram reestruturadas para se configurarem em uma rede nacional de instituições públicas de EPT, denominando-se de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização, definidos neste projeto pedagógico de curso, nos quais a relação teoria-prática



é o princípio fundamental associado à aprendizagem dos conhecimentos presentes na estrutura curricular do curso, conduzem a um fazer pedagógico, em que atividades como práticas interdisciplinares, seminários, oficinas, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos, entre outros, estão presentes durante os períodos letivos.

O trabalho coletivo entre o grupo de docentes é imprescindível à construção de práticas didático-pedagógicas integradas, resultando na construção e apreensão dos conhecimentos pelos educandos numa perspectiva do pensamento relacional. Para tanto, os docentes deverão contemplar o planejamento, a Organização Didática dos Cursos do IFC (2021), desenvolver aulas de campo, atividades laboratoriais, projetos integradores e práticas coletivas juntamente com os educandos.

Considera-se a aprendizagem como processo de construção de conhecimento, em que partindo dos conhecimentos prévios dos alunos, os docentes assumem um fundamental papel de mediação, idealizando estratégias de ensino de maneira que a partir da articulação entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento escolar, o aluno possa desenvolver suas percepções e convicções acerca dos processos sociais e de trabalho, construindo-se como pessoas e profissionais com responsabilidade ética, técnica e política em todos os contextos de atuação.

## 5.1 Relação Teoria e Prática

A compreensão dos processos da aprendizagem humana é um fator de extrema relevância para a prática pedagógica, uma vez que o ato de ensinar exige, de quem o exerce, certo domínio das teorias e dos mecanismos de como se aprende. Para tanto, ensinar e aprender são processos diferentes que envolvem sujeitos também diferentes. E, por envolver sujeitos com particularidades, devem exigir metodologias, mecanismos e estratégias de ensino diversificado. Diante disso, Solé e Coll (1996, p. 19-20) expõe que:

A aprendizagem contribui para o desenvolvimento na medida em que aprender não é copiar ou reproduzir a realidade. [...] aprendemos quando somos capazes de elaborar uma representação pessoal sobre um objeto da realidade ou conteúdo que pretendemos aprender. Essa elaboração implica aproximar-se de tal objeto ou conteúdo com a finalidade de apreendê-lo; [...] a partir das experiências, interesses e conhecimentos prévios, que, presumivelmente, possam dar conta da novidade. [...]. Nesse processo, não só modificamos o que já possuíamos, mas também interpretamos o novo de forma peculiar, para poder integrá-lo e torná-lo nosso.

Na prática educativa é necessário que se tome alguns elementos como norteadores de sua

efetivação, dentre os quais merecem destaque, a pesquisa como princípio pedagógico e o trabalho como princípio educativo.

A pesquisa como princípio pedagógico permite a interação entre alunos e professores, o que reflete no processo educativo e formativo dos sujeitos, pois é uma atividade fundamental para a discussão e o diálogo em sala de aula, e deve buscar a integração entre o ensino e a extensão, implicando numa prática de fomento à iniciação científica. É por meio da pesquisa que o docente pode desenvolver uma ação pedagógica diferenciada, aplicando o princípio da ação-reflexão- ação e relacionando a teoria e a prática de forma dialógica, contextualizada, interdisciplinar e flexível.

As atitudes de pesquisador devem ser sempre despertadas no estudante, tendo a pesquisa como fonte de saber e de transformação do ambiente acadêmico em um espaço dinâmico.

Nessa perspectiva, a relação entre educação e trabalho deve permear a prática educativa. O mundo do trabalho compreende “tanto as atividades materiais, produtivas, como os processos de criação cultural que se geram em torno da reprodução da vida” (CIAVATTA, 2005, p. 92). Infere-se, pois, que a concepção do trabalho humano deve se constituir como princípio educativo e como fundamento do conhecimento, sem reduzi-la a uma estratégia didática ou metodológica traduzida na ação de ensinar fazendo, em que se prioriza o domínio de técnicas para a resolução de problemas. Trata-se de instituir a educação integral no ambiente acadêmico de formação profissional e tecnológica, envolvendo as relações sociais que estão nas bases do mundo do trabalho e, também, de relacionar essa educação ao conhecimento e às ações do trabalho, para que ela se efetive nos moldes da politécnica.

Enfim, a relação entre a teoria e prática tem a finalidade de fortalecer o conjunto de elementos norteadores da aquisição de conhecimentos e habilidades, necessários à concepção e à prática da profissão, tornando o profissional eclético, crítico e criativo para a solução das diversas situações requeridas em seu campo de atuação. A dinâmica de oferta de aulas práticas para cada disciplina da matriz curricular deverá estar contemplada em cada plano de ensino das disciplinas, sendo estas de responsabilidade do professor da mesma e com o acompanhamento do setor pedagógico. A estrutura existente da instituição possibilitará por meio de seus laboratórios didáticos, a execução das atividades práticas previstas no plano de ensino.

## **5.2 Prática Profissional**

A prática profissional proposta rege-se pelos princípios da equidade, flexibilidade,

aprendizado continuado, superação da dicotomia entre teoria e prática e acompanhamento ao desenvolvimento do estudante.

De acordo com as Orientações Curriculares Nacionais, a prática profissional se constitui em uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadora de uma formação integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios. É estabelecida, portanto, como condição indispensável para a obtenção do Diploma de um Curso Técnico.

De acordo com as necessidades legais a serem atendidas, a proposta pedagógica do Curso Técnico em Administração visa contribuir para a formação técnica e pedagógica do egresso colaborando para a construção da identidade profissional deste segmento, para a elevação do padrão de qualidade dos serviços técnicos prestados.

As práticas profissionais como parte do componente curricular são as atividades que permeiam a matriz curricular, onde será possível relacionar os aspectos teóricos e práticos na construção do conhecimento, oportunizando aos estudantes observar, testar e comprovar os conhecimentos podendo desenvolver-se como:

- Aulas Práticas: atividades executadas nos componentes curriculares na forma de ações práticas, oportunizando aos estudantes observar, testar e comprovar os conhecimentos.
- Oficinas: atividades práticas propostas dentro de componentes curriculares, programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a troca de conhecimentos entre os envolvidos e capacitação. As oficinas poderão ocorrer na forma de realização de experimentos, minicursos e/ou workshops, dinâmicas orientadas (pelos docentes e/ou técnicos administrativos, quando for o caso);
- Visitas Técnicas: atividade didático-pedagógica supervisionada que tem por objetivo: proporcionar a interação dos discentes do IFC com o mundo do trabalho, processos e serviços in loco; propiciar o aprimoramento da formação profissional e pessoal; promover a ampliação do conhecimento de mundo; oportunizar o contato dos discentes com outros espaços de aprendizagem. É considerada visita técnica: visita a instituições públicas ou privadas; visita a empresas ou institutos de pesquisa, de serviços ou produção; visita a propriedades rurais ou locais públicos; participação de grupo de discentes em feira, congresso, seminário ou eventos similares.
- Simulações: as simulações são atividades que permitem vivenciar situações e problemas reais da atividade profissional. As simulações permitem experiências educativas e proporcionam aos estudantes oportunidades para repetição, reconhecimento de padrões, tomada de decisão, gerenciamento de crises, flexibilidade, uso do conhecimento factual,

pensamento crítico, interação com a equipe, tempo resposta, habilidades de comunicação, planejamento, estratégia, decisões múltiplas e colaboração.

A Prática Profissional no curso totaliza 45 e ocorrerá por meio dos componentes curriculares abaixo:

Componente Curricular	CH PRÁTICA PROFISSIONAL
Legislação Empresarial	4h
Comunicação Empresarial*	6h
Contabilidade Empresarial*	6h
Gestão de Pessoas*	6h
Marketing e Serviços*	6h
Gestão Estratégica*	6h
Gestão Financeira*	6h
Empreendedorismo	5h
<b>TOTAL</b>	<b>45h</b>

## 6. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso Técnico em Administração, do Instituto Federal Catarinense - Campus Fraiburgo, possui formação profissional subsequente ao Ensino Médio, ou seja, formação humanística e cultural integrada à formação técnica, tecnológica e científica. Pautado pelos princípios da democracia, da autonomia e da participação crítica e cidadã, o egresso estará habilitado a compreender que a formação humana e cidadã precede a qualificação técnica para o mundo do trabalho.

O profissional Técnico de Administração do Instituto Federal Catarinense, possui formação que o habilita a auxiliar nas funções de planejamento, organização, liderança e execução de rotinas administrativas, além de estimular e preparar para ações empreendedoras. O egresso é

capacitado para realizar atividades nas áreas de recursos materiais, financeiros, humanos e mercadológicos. Dentro dessas atividades, o profissional egresso do IFC será capaz de:

- Desenvolver competências técnica e tecnológica em sua área de atuação e ser capaz de entender as relações próprias do mundo do trabalho, fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;
- Continuar aprendendo e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas;
- Agir pessoal e coletivamente com autonomia, tomando decisões com base em princípios éticos e de maneira solidária, inclusiva e sustentável;
- Saber interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes;
- Exercitar a cidadania de forma crítica, dinâmica e empática, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, sem preconceitos de qualquer natureza;
- Desenvolver postura profissional condizente com a demanda do mundo do trabalho, apresentando uma conduta ética e transparente;
- Conhecer os aspectos teóricos da formação do pensamento da administração, entendendo as dinâmicas associadas ao mundo das organizações e a sociedade e as suas inter-relações ao longo dos tempos, compreendendo o universo das organizações, seus tipos e sua práxis;
- Conhecer como funciona e estão estruturadas as organizações;
- Compreender e executar o planejamento organizacional;
- Executar atividades referentes às rotinas administrativas;
- Desenvolver capacidade de Relações Interpessoais;
- Identificar aspectos relacionados à responsabilidade social corporativa e todas as suas dimensões dentro do ambiente organizacional, compreendendo a necessidade de conscientização de aspectos relacionados à sustentabilidade;
- Utilizar as técnicas contábeis e financeiras no controle patrimonial;
- Ter uma visão de mundo ampliada e atualizada, que permita compreender as variáveis sociais, econômicas, culturais e tecnológicas a fim de elaborar e implementar estratégias compatíveis com a realidade ambiental, monitorando as mesmas e promovendo adequações constantes;
- Conhecer o ambiente de serviços, suas organizações, processos e estratégias, bem como a

sua importância e o papel do nível de serviço ofertado e da utilização de ferramentas da gestão da qualidade para obtenção de resultados econômicos e sociais sustentáveis e contínuos.

- Atender com excelência clientes internos e externos à organização.
- Desenvolver noções na área de recursos humanos, através do conhecimento das principais práticas e processos da atividade de gestão de pessoas, seus objetivos e implicações para organizações e indivíduos, reconhecendo as relações entre o homem e o mundo do trabalho; as diferentes concepções, práticas e estratégias de gestão de pessoas; a legislação trabalhista e a realidade do mundo do trabalho.
- Auxiliar no processo produtivo e logístico.
- Desenvolver competências empreendedoras e um pensamento inovador diante de um mundo global e competitivo.
- Entender o fenômeno do consumo e todas as suas particularidades, tendo a capacidade de analisar o marketing no ambiente organizacional e todos os seus desdobramentos.

## **6.1. Conhecimentos da área do saber**

Em conformidade com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, o profissional Técnico em Administração deve apresentar condições de formação para: estudo do comportamento organizacional; construção de pensamento estratégico e de processos de decisões; reconhecimento, interpretação e definição de problemas; busca de soluções para os processos organizacionais; reflexão sobre os conhecimentos necessários para a administração de organizações; desenvolvimento da comunicação e expressão profissional; compreensão das atividades financeiras e contábeis; entendimento do processo de produção e de prestação de serviços; compreensão da importância das organizações; reconhecer a importância do aspecto humano nas organizações e suas práticas de gestão; desenvolver visão crítica, analítica e sistêmica dos ambientes organizacionais e concorrenciais; compreender a evolução da gestão na busca pela eficiência, eficácia e efetividade; analisar e compreender o ambiente organizacional interno e externo; entendimento sobre a logística e suas práticas; elaboração de pesquisa científica; desenvolvimento de conhecimentos sobre tecnologia da informação; capacidade analítica baseada em estatística; diferenciar ideias e oportunidades; orientação para a responsabilidade social empresarial; interpretação de práticas de marketing.

## **6.2 Campo de atuação**

A área de atuação do Técnico em Administração é bem diversificada, podendo atuar em todos os departamentos de uma organização. O egresso deste curso deve estar apto a planejar, organizar, dirigir, controlar, avaliar e gerenciar os aspectos relacionados à administração e às relações interpessoais nas organizações; e ter competência para gerir seu próprio negócio ou de terceiros, atuando nas empresas públicas e privadas dos diversos setores da economia.

## **7. FORMA DE ACESSO AO CURSO**

O ingresso no Curso Técnico Subsequente em Administração se dará por meio de processo seletivo, para alunos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente. O processo seletivo será divulgado por intermédio de edital próprio publicado na Imprensa Oficial, com indicação dos requisitos, condições e sistemática do processo conforme legislação vigente, respeitando o que prevê a lei nº 12.711/2012.

### **7.1 Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense - IFC**

O IFC, por meio da Resolução nº 33/2019 – CONSUPER e Resolução nº 11/2019 – CONSUPER – Institui a Política de Inclusão e Diversidade, define:

Art. 1º A presente resolução dispõe sobre a Política Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense (IFC), que orienta ações de promoção da inclusão, diversidade e os direitos humanos, para o acompanhamento e suporte da comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, sexualidade, necessidades específicas ou de outras características individuais, coletivas e sociais.

Art. 3º Os objetivos da Política Inclusão e Diversidade do IFC estão em consonância direta com a missão da instituição descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): “Proporcionar educação profissional atuando em ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional”, além de criar mecanismos que promovam inclusão, diversidade e direitos humanos, evitem a evasão e favoreçam a permanência na instituição.

#### **7.1.1 Pessoas com Deficiências e Necessidades Específicas**

O IFC - *Campus* Fraiburgo conta com o NAPNE (Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas) e o AEE (Atendimento Educacional Especializado ) disponível aos estudantes com deficiência.

### 7.1.2 Atendimento aos alunos com necessidades específicas

Os núcleos inclusivos são órgãos de natureza propositiva e consultiva e encontram-se nos *campi*, ligados diretamente à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão) e na Reitoria, ligados ao Gabinete.

O Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) é voltado para o fomento a estudos das questões relativas à inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas, e desenvolvimento de ações de inclusão e quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas.

### 7.1.3 Atendimento aos alunos com deficiência

Conforme Regulamentação do Atendimento Educacional Especializado do IFC, Resolução nº 15/2021 – CONSUPER:

**Art. 3º** - entende-se por Atendimento Educacional Especializado (AEE) o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes.

*Parágrafo único.* O AEE é uma das ações que compõem o atendimento ao estudante do IFC.

**Art. 6º** - O AEE tem por finalidade contribuir para a promoção da inclusão e a equidade de condições para participação dos estudantes nas atividades pedagógicas, por meio do atendimento às necessidades específicas apresentadas, a ser realizado em articulação com as demais políticas públicas, quando necessário.

**Art. 7º** São objetivos do Atendimento Educacional Especializado no IFC:

- Promover um sistema educacional inclusivo, com condições de acessibilidade necessárias à permanência e ao êxito estudantil;
- Promover condições de participação e aprendizagem, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes; em articulação com as demais políticas públicas, quando necessário
- Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- Promover condições para a continuidade de estudos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino;
- Articular e promover ações de ensino, pesquisa e extensão referentes à temática.



**Art. 8º** Consideram-se público desta Resolução:

- Estudantes com deficiência: aqueles que têm algum impedimento, de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;
- Estudantes com transtornos do espectro autista (TEA): aqueles que necessitam de algum tipo de apoio por apresentarem prejuízo na comunicação e nas relações sociais somado a comportamentos estereotipados, repetitivos com interesses fixos e restritos (Organização Didática dos Cursos do IFC – Resolução 010/2021 CONSUPER);
- Estudantes com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas;
- Estudantes com necessidades específicas que necessitam de acompanhamento pedagógico contínuo, mediante avaliação da equipe de AEE.

§ 1º. É prioritário o atendimento ao público-alvo previsto nos incisos I, II e III.

#### **7.1.4 Flexibilização Curricular**

Conforme Regulamentação do Atendimento Educacional Especializado do IFC, Resolução nº 15/2021 – CONSUPER, dispõe:

**Art. 17.** Para os estudantes que constituem o público do AEE, poderão ser realizadas flexibilizações curriculares como ferramentas pedagógicas, de modo a suscitar suas potencialidades

**Art. 18.** Caracterizam-se como ações flexibilizadas do currículo aquelas decorrentes da necessidade de flexibilizá-lo em seu sentido mais amplo, abrangendo aspectos tais como objetivos, metodologias, instrumentos avaliativos, entre outros, para minimizar as barreiras enfrentadas pelo estudante público da educação especial, bem como, ampliar a participação no processo de ensino- aprendizagem.

**Art. 19.** As flexibilizações envolvem alterações na organização definida para o curso, a fim de criar condições para que o estudante desenvolva suas potencialidades.

**Art. 20.** As flexibilizações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios pedagógicos, observados e avaliados em conjunto, entre os docentes dos componentes curriculares e a equipe de AEE, podendo também ser inseridos outros profissionais para participarem desse processo, conforme definido pela equipe de AEE.

**Art. 21.** As flexibilizações realizadas na estrutura curricular do curso, requerem ações complexas de investigação e troca de informações sobre os elementos ligados ao ensino e aprendizagem, entre a equipe de AEE, colegiado de curso, estudante e/ou responsáveis.

**Art. 22.** Caso o estudante não tenha alcançado os objetivos nos componentes curriculares, após as flexibilizações realizadas, terá direito a adequação temporal do currículo.

*Parágrafo único.* A progressão do estudante deverá ser subsidiada pelo Plano de Acessibilidade e respectivo parecer do desempenho de cada componente curricular, levando em consideração o posicionamento da equipe de AEE.

## **8. DA MATRÍCULA**

Perderá o direito à vaga estudante que não realizar a matrícula no período previsto no Calendário Escolar ou não apresentar a documentação exigida.

A matrícula no Curso será realizada por componente curricular, sendo obrigatória a matrícula em todos os componentes curriculares do primeiro período, e no mínimo 2 componentes curriculares nos períodos posteriores, salvo em final do Curso ou se o IFC *Campus* Fraiburgo não oferecer determinado componente curricular no período letivo.

A renovação da matrícula será indeferida quando o estudante estiver em débito com a documentação exigida.

Nos casos de estágios iniciados após o cumprimento de todas as disciplinas da Matriz Curricular do curso, o estudante deverá fazer a renovação da matrícula a cada período letivo, conforme calendário do Campus, a fim de caracterizar o seu vínculo com o curso.

### **8.1 Do Trancamento da Matrícula**

O trancamento da matrícula no curso deve ser requerido pelo estudante regularmente matriculado ou ser representante legal, na Coordenação de Registros Acadêmicos, pelo prazo de 01 (um) período letivo, podendo ser prorrogado por igual período.

É permitido o trancamento sem justificativa legal, após conclusão do primeiro período letivo, respeitando os prazos previstos no calendário escolar. O protocolo de requerimento

deverá ter a ciência da Coordenação do Curso.

Para solicitar o trancamento, o educando não poderá ter pendências com a Instituição. No ato do trancamento de matrícula o educando, ou seu representante legal, deverá assinar termo de ciência que, ao retornar, estará sujeito a cumprir as adaptações curriculares que ocorrerem durante o período de seu afastamento.

Após o prazo concedido de trancamento da matrícula, o educando ou representante legal deverá protocolar pedido de reabertura da matrícula, dentro do período regular estabelecido no calendário escolar do Campus, sob pena de perda do direito à vaga.

## **8.2 Do Cancelamento da matrícula**

O cancelamento da matrícula é o ato de desligamento do estudante nos seguintes casos:

- A pedido do estudante (se maior de idade ou emancipado) ou de seu representante legal;
- Abandono das atividades escolares por um período superior a 50 (cinquenta) dias consecutivos de efetivo trabalho escolar;
- Após decisão irrecurável, em sede de Processo Administrativo Disciplinar competente.

## **8.3 Da Transferência**

As transferências de estudantes do IFC para outros estabelecimentos de ensino poderão ser efetuadas em qualquer época do ano, desde que seja apresentado atestado de vaga da Instituição para a qual solicita transferência.

A Coordenação de Registros Acadêmicos terá 5 (cinco) dias úteis a contar do protocolo do requerimento para fornecer a documentação necessária.

Serão aceitos por transferência os estudantes regularmente matriculados em cursos da educação profissional técnica de nível médio dos *Campus* do IFC ou oriundos de cursos da educação profissional técnica de nível médio de outras instituições de ensino, mediante a existência de vagas e sujeitos à complementação de componentes curriculares, devendo ser requerido nas datas estabelecidas no Calendário Escolar e cumpridos requisitos de edital próprio.

Os estudantes aceitos por transferência de outros estabelecimentos de Ensino para o IFC ficam sujeitos ao cumprimento do currículo pleno do curso, conforme legislação em vigor.

Nas solicitações de transferência, quando o número de candidatos às vagas for superior ao número de vagas existentes, o preenchimento far-se-á pela seguinte ordem de prioridade:

- Pedidos de transferência de cursos de estudantes do IFC;
- Pedidos de transferência de cursos das demais instituições públicas;
- Pedidos de transferência de cursos das demais instituições de ensino.

Em caso de empate, prevalecerão, sucessivamente, os critérios de maior índice acadêmico,  
e  
de maior idade.

## 9. CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA

Todos os Diplomas e Certificados serão emitidos pela Coordenação de Registros Acadêmicos e deverão explicitar o título da formação certificada, de acordo com a regulamentação vigente. Terá direito ao recebimento de Diploma todo estudante que concluir com aproveitamento todos os componentes curriculares do Curso Técnico em Administração, com entrega, defesa e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso.

A solenidade de entrega do diploma é facultativa, mas, uma vez feita, seguirá as datas previstas no Calendário Acadêmico e a Instrução Normativa do IFC em vigência.

### 9.1 Terminalidade Específica - Da Certificação Diferenciada

Em conformidade à Política de aplicação do procedimento de certificação diferenciada e assegurar o direito à terminalidade específica aos educandos, o PARECER CNE/CEB Nº 5/2019, orienta que, por meio da emissão da Certificação Diferenciada para pessoas com deficiência nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, busca-se, portanto, reconhecer e certificar as capacidades requeridas pelo mercado de trabalho e desenvolvidas pelos estudantes com deficiência, em sua justa medida, com legitimidade, e de acordo com a legislação vigente e com a normatividade sistêmica.

Conforme Regulamentação do Atendimento Educacional Especializado do IFC, Resolução nº 15/2021 – CONSUPER, dispõe:

**Art. 23.** Entende-se por certificação diferenciada o recurso de flexibilização curricular que possibilita o registro e o reconhecimento de trajetórias escolares que ocorrem de forma específica e diferenciada do que o previsto no curso.

**Art. 24.** A certificação diferenciada será feita por meio de:

- Certificação de conclusão de escolaridade ou curso para aqueles que não atingirem o nível exigido para a conclusão de componentes curriculares em virtude de suas deficiências, nos casos amparados por Lei;
- Aceleração, com vistas à conclusão do curso, em menor tempo, para os estudantes com altas habilidades/superdotação.

§ 1º Nos casos descritos no inciso I deste artigo, a certificação diferenciada somente poderá ser solicitada na situação em que persistir a não aprendizagem, ou o não alcance dos objetivos, e após esgotadas as possibilidades para aproveitamento do curso ou do (s) componente (s) curricular (es) para o referido estudante.

§ 2º Nos casos em que o estudante, após o término do primeiro ano (ou dois semestres) no referido curso, por meio da análise do colegiado do curso, em conjunto com a equipe da AEE, verificar o não cumprimento dos requisitos mínimos para aprovação para a etapa seguinte, pode ser encaminhado para a certificação diferenciada.

**Art. 25.** A indicação de certificação diferenciada será realizada pela equipe AEE, que encaminhará a coordenação de curso, que por sua vez fará o encaminhamento de solicitação à PROEN, que, analisando o processo, fará a manifestação e, se for o caso, expedirá autorização para a Certificação/Diplomação. No processo deverá constar o registro do encaminhamento do estudante ao AEE; o Plano de AEE e os respectivos acompanhamentos; o(s) plano(s) de Acessibilidade ao(s) Componente(s) Curricular(es) e respectivo(s) parecer(es) do desempenho no(s) componente(s) curricular(s); o parecer descritivo da equipe de AEE e a Manifestação do Colegiado.

*Parágrafo único.* A base para a elaboração de pareceres descritivos serão os relatos e os registros do acompanhamento do estudante ao longo do período avaliado, considerando as adaptações e flexibilizações realizadas.

## 10. AVALIAÇÃO DO CURSO

O curso caracteriza-se como expressão coletiva, devendo ser avaliado periódica e sistematicamente apoiado por uma comissão avaliadora com competência para a referida prática técnica e pedagógica. Qualquer alteração deve ser vista sempre que se verificar, mediante avaliações sistemáticas para cada período de vigência do curso, a defasagem entre perfil de conclusão do curso, objetivos e organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais. As possíveis alterações poderão ser efetivadas mediante solicitação ao Comitê de Ensino.

O curso é avaliado anualmente pelo NDB – Núcleo Docente Básico, o qual discute todas as questões relacionadas à formação profissional do técnico em Administração.

## 11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Considera-se a avaliação como um processo contínuo e cumulativo. Nesse processo, são assumidas as funções diagnóstica, formativa e somativa de forma integrada ao processo ensino e aprendizagem, as quais devem ser utilizadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos estudantes. Igualmente, deve funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

### 11.1 Objetivos da Avaliação

- Analisar a coerência do trabalho pedagógico com as finalidades educativas previstas no PPC do curso e no Plano de Ensino de cada componente curricular;
- Avaliar a trajetória da vida escolar do estudante, visando obter indicativos que sustentem tomadas de decisões sobre encaminhamento do processo de ensino– aprendizagem para a promoção, recuperação e reprovação dos estudantes;
- Definir instrumentos avaliativos que acompanhem e ampliem o desenvolvimento global do estudante, que sejam coerentes com os objetivos educacionais e passíveis de registro escolar.

### 11.2 Instrumentos e Critérios de Avaliação

De acordo com a natureza da disciplina admite-se, entre outros, como instrumento de avaliação da aprendizagem:

- Prova escrita, com questões objetivas e dissertativas;
- Prova oral ou prático-oral;
- Prova prática;
- Práticas profissionais;
- Práticas e ou atividades interdisciplinares;
- Trabalho individual ou em grupo;
- Seminários;
- Estudos de caso;
- Resenhas e artigos;
- Relatório de atividades;
- Relatório de visita técnica;
- Trabalho ou atividade prática de pesquisa, de extensão, sob orientação do professor;
- Trabalho de Conclusão de Curso.

O docente poderá adotar instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-los no Plano de Ensino e, para registro no Diário de Classe, deve-se adotar a escala de

notas.

A avaliação da aprendizagem é realizada semestralmente, por disciplina em que o aluno está matriculado, levando-se em consideração o aproveitamento e a assiduidade. Entende-se por aproveitamento, os resultados obtidos pelo aluno, avaliado por meio dos diversos instrumentos de avaliação utilizados no decorrer do período letivo, previstos no Plano de Ensino de cada disciplina.

Entende-se por assiduidade, a frequência mínima exigida para aprovação que é de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do componente curricular nos cursos da forma subsequente, excetuando-se os casos amparados em lei.

O resultado da avaliação da aprendizagem é expresso por notas de 0 (zero) a 10 (dez), com uma casa decimal. O número mínimo de avaliações necessárias para a composição da média parcial é 02 (duas) avaliações por semestre no regime semestral. A Média do Período Letivo (MP) é composta pela média ponderada das médias parciais. O docente tem autonomia para atribuir pesos diferentes às avaliações que compõem as médias parciais, conforme previsto no Plano de Ensino.

O processo de avaliação de cada unidade curricular, assim como os mecanismos de avaliação, devem ser planejados e deve ser dada ciência ao aluno no início de cada período letivo. Os resultados das avaliações não devem ser divulgados nominalmente. Assim, a publicação em mural pode ser realizada desde que conste apenas o número de matrícula do aluno. A devolução da avaliação escrita, inclusive dos resultados das recuperações paralelas, salvo motivo justificado pelo docente, deve ser realizada em um prazo máximo de 15 (quinze) dias

### **11.3 Da Avaliação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**

A avaliação de alunos com necessidades educacionais especiais deverá considerar seus limites e potencialidades, facilidades ou dificuldades em determinadas áreas do saber ou do fazer e deve contribuir para o crescimento e a autonomia desses alunos.

Logo, considerando legislação específica da área da Educação Especial, tais como a Resolução nº 02/2001 que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; fica estabelecido:

O processo de avaliação do aluno com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deve ser diversificado, considerando as suas especificidades, tendo como base seu desenvolvimento e a sua capacidade de aprendizagem significativa, que devem estar previstos no Plano de Desenvolvimento individual:

A avaliação do desempenho escolar do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deve ser realizada como processo dinâmico, considerando o conhecimento prévio e o nível atual do desenvolvimento do aluno, as possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o seu desempenho em relação ao seu progresso individual, devendo prevalecer na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem deverá contemplar as adequações de instrumentos e procedimentos que atendam à diversidade dos alunos:

a) O registro do aproveitamento desses alunos na documentação escolar dar-se-á sob as mesmas condições dos demais alunos da escola, devendo ser acompanhado de relatório descritivo;

b) Quando necessário, o processo de avaliação do desempenho escolar deve envolver, além dos professores da sala de aula, o Núcleo Pedagógico (NUPE), o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) e o professor do Atendimento Educacional Especializado quando este fizer parte do quadro;

c) Na avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais serão oferecidas adaptações de instrumentos de avaliações e os apoios necessários, inclusive tempo adicional para realização de provas, conforme as características da deficiência ou outra necessidade específica.

A avaliação na perspectiva da inclusão é apontada como de caráter processual, com potencial educativo, com base no diálogo e na cooperação, que produza reflexão e decisão, capaz de ir ao encontro de todos alunos, sobretudo aqueles com deficiência. Neste contexto, a avaliação de alunos deficientes para ser verdadeiramente inclusiva deve, antes de tudo, ter a “disposição de acolher” como afirma Luckesi (2002, p. 250) e ter como finalidade verificar continuamente os conhecimentos que cada aluno possui, no seu tempo e por seus caminhos. Esse é o ponto em que a avaliação revela-se de grande importância, porque se insere na dimensão educativa e formativa.

Sugestão de adaptações possíveis considerando-se os instrumentos e práticas avaliativas mais utilizadas:

**a) Prova:** Esse instrumento de avaliação, normalmente, prevê respostas por escrito dos alunos, é utilizado para aferir a aprendizagem do conteúdo trabalhado em sala de aula. As adaptações, baseadas na necessidade específica do aluno, abrangem a dilação do tempo destinado à prova; prova oral; uso de materiais concretos ou recursos pedagógicos que facilitam o raciocínio; uso de recursos tecnológicos (lupa eletrônica, calculadora, gravador, computadores com softwares leitores de telas, etc.); uso de recursos humanos (leitor ou intérprete de Libras); adaptações na forma da prova (ampliação da fonte, uso de desenhos, ou pictogramas, provas em braille ou em



outros meios de comunicação); adaptações no conteúdo da prova ou até mesmo supressão de conteúdos conforme a necessidade especial do aluno, sempre observados nesses casos os critérios aplicáveis à Terminalidade Específica.

**b) Observação e Registro:** A observação do processo de aprendizagem feita pelo professor deve ser devidamente registrada. Portfólio, maquetes, fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas descritivas, relatórios individuais, caderno ou diário de campo podem ser utilizados com a finalidade avaliativa para comprovar a participação e o desenvolvimento do aluno;

**c) Trabalhos e Provas operatórias (individuais e/ou em grupos):** são atividades e instrumentos importantes no processo de aprendizagem de alunos com deficiência, pois maximizam a participação e as trocas de conhecimento. Nesses casos, a mediação do professor estimula a aprendizagem;

**d) Autoavaliação e avaliação compartilhada:** Ouvir o próprio aluno e os seus colegas sobre as suas facilidades e dificuldades na aprendizagem propicia ao professor refletir sobre o processo de ensino. Compartilhar suas considerações com a família e até mesmo com outros profissionais que ofertam o atendimento traz ao professor a possibilidade de conhecer a opinião de atores externos ao processo que, somada ao parecer dos profissionais da educação, ajuda a construir um processo educacional mais próximo à realidade e necessidade dos alunos.

O processo de avaliação envolve, necessariamente, a política educacional vigente e os compromissos assumidos no Plano de Desenvolvimento Individual e no PPC, a atuação do professor, sua interação com os alunos, o ambiente físico da sala de aula, os recursos instrucionais e metodológicos disponíveis, todas as relações que se desencadeiam no contexto escolar, além da família e dos próprios alunos como sujeitos do processo. O resultado da avaliação, expresso no Plano de Desenvolvimento Individual e no histórico escolar, orientará a escola/família nos futuros encaminhamentos do aluno.

#### 11.4 Revisão de avaliações

Segundo o Artigo 216º da Organização Didática dos Cursos do IFC, é permitido ao estudante, mediante requerimento fundamentado, solicitar revisão de rendimento acadêmico obtido em qualquer instrumento de avaliação da aprendizagem, inclusive recursos quanto às reavaliações.

§ 1º - A revisão de rendimento acadêmico é requerida à Coordenação de Curso, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contado este prazo a partir da entrega do instrumento avaliativo.

§ 2º - A revisão de rendimento acadêmico é realizada por uma comissão formada por 3 (três) servidores (1 membro da equipe pedagógica designada pela DEPE e dois docentes, sendo, no

mínimo, um deles da área do conhecimento), indicados pela Coordenação de Curso, sendo vedada a participação dos docentes que corrigiram a avaliação em questão.

§ 3º - O resultado da revisão de rendimento acadêmico deve ser comunicado ao docente do componente curricular e ao estudante e encaminhado à coordenação do curso, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após publicação do resultado, em relato sumário.

§ 4º - Não cabe recurso da decisão da comissão de revisão do rendimento acadêmico.

## 11.5 Avaliação em Segunda Chamada

A segunda chamada destina-se ao estudante que, por motivos justificáveis e devidamente comprovados, perder avaliações, programadas ou não, no planejamento do componente curricular. Para tal, o aluno deve protocolar no Registro Acadêmico em até 02 (dois) dias úteis após o término do impedimento, requerimento com devida justificativa que será analisado pelo setor responsável, e após análise e deferimento ou não, encaminhará ao docente do componente curricular. A segunda chamada será realizada em data definida pelo professor do componente curricular e notificada ao aluno. As avaliações de segunda chamada deverão ser orientadas pelos mesmos critérios da(s) avaliação(ões) que o acadêmico deixou de fazer.

## 11.6 Recuperação Paralela

Conforme a Organização Didática dos Cursos do IFC (2021) Art. 237º, os estudos de Recuperação Paralela são organizados e estruturados de maneira a possibilitar a revisão de conteúdos e a reavaliação com objetivo de garantir ao estudante o prosseguimento dos estudos.

*Parágrafo único.* A recuperação paralela pode ser ofertada por meio de: monitorias, grupos de estudos, criação de turma com estudantes de diferentes cursos, dentre outras estratégias, observando a obrigatoriedade da presença do docente na organização e na condução das atividades.

Os estudos de recuperação paralela são incentivados e incorporam a avaliação contínua e, sob esta perspectiva, a recuperação qualitativa de conteúdos deverá ocorrer ao longo do período letivo visando o aperfeiçoamento da aprendizagem.

Cada docente preverá em seu planejamento os estudos de recuperação paralela, divulgado no Plano de Ensino do componente curricular. As atividades de recuperação de estudos serão registradas no diário de classe ou em documento similar disponibilizado pela instituição.

Os estudos de recuperação paralela contemplam momentos de reavaliação, que deverão ser registrados e, seus resultados, quando melhores, substituirão os anteriores. A reavaliação integra

a avaliação da aprendizagem do estudante, sendo sua oferta condicionada ao resultado obtido nas atividades avaliativas do componente curricular. O registro da nota da reavaliação da aprendizagem irá ocorrer após cada avaliação, conforme decisão do NDB do curso, no *Campus*. O resultado obtido na reavaliação, quando maior, substituirá a nota reavaliada. É facultado a todos os estudantes o direito aos estudos de recuperação paralela, e, que obtiver nota igual ou superior a 7 (sete) nas avaliações realizadas.

### 11.7 Aprovação e Reprovação

Para fins de registro no Diário de Classe, os diversos instrumentos de avaliação devem ser quantificados, gerando, no mínimo, 02 (duas) avaliações por semestre em regime semestral por componente curricular, expressas em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), com uma casa decimal.

Em regime semestral, a Média do Período Letivo (MP) corresponde a média ponderada resultante de, no mínimo, 02 (duas) avaliações realizadas no período e contempladas no Plano de Ensino da unidade curricular. O docente tem autonomia para atribuir pesos diferentes às avaliações que compõem as médias parciais, conforme previsto no Plano de Ensino.

É considerado aprovado na disciplina o aluno que, além de apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do componente curricular e obtiver a média do período letivo igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero). Os casos amparados em lei são exceções em relação a obrigatoriedade da frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

O aluno que não obtiver a média do período letivo (MP) resultante das médias parciais, igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), tem direito a prestar o Exame Final (EF). Para ser aprovado, por meio do exame, o aluno deve obter Média Final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco vírgula zero), resultante da seguinte fórmula:

$$\text{Média Final} = \text{Média do Período} + \text{Nota do Exame Final} \geq 5,0$$

O aluno que não comparecer ao exame e não apresentar justificativa, será considerado reprovado.

O estudante que realizar reavaliação da aprendizagem e não atingir os critérios de aprovação definidos nesta seção é considerado reprovado. O estudante pode cursar os componentes curriculares em que tenha reprovado em tempo concentrado de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária, desde que atendidos os objetivos da disciplina e que essa medida esteja prevista no PPC.

Conforme Organização Didática, Art. 210, nos cursos subsequentes o estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, tem direito a

reavaliação da aprendizagem. A reavaliação da aprendizagem deve estar contemplada neste PPC, no Plano de Ensino e no diário de turma. O registro da nota da reavaliação ocorrerá ao final do semestre letivo.

## 12. DO REGIME DE EXERCÍCIOS DOMICILIARES

O regime de exercícios domiciliares tem por objetivo oferecer condições especiais de desenvolvimento das atividades pedagógicas aos estudantes impossibilitados de frequentar às aulas, como forma de compensação da ausência e aplica-se:

- À estudante gestante, até 120 (cento e vinte) dias, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação, desde que comprovado por atestado médico e superior a 14 (catorze) dias;
- Ao estudante adotante, até 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da guarda, desde que comprovada por decisão judicial;
- Ao estudante portador de afecção que gera incapacidade física ou psíquica, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares por período superior a 14 (catorze) dias, desde que amparado por laudo e se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;
- Ao estudante em licença paternidade de 20 (vinte) dias;
- Ao participante de competições artísticas ou desportivas, congresso científico, em qualquer âmbito, que tenha suas atividades incompatíveis com a frequência aos trabalhos escolares por período superior a 14 (catorze) dias, sendo necessário formalizar pedido à RACI, com apresentação de inscrição ou carta de aceite, em no mínimo 5 (cinco) dias úteis antes do início do evento e, posteriormente, entregar comprovação oficial de participação no mesmo;
- Ao estudante afastado por motivos religiosos, que necessite ausentar-se de atividades escolares em dias que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades. O requerimento deve ser apresentado no ato da matrícula ou em até 5 (cinco) dias úteis a partir da data de oficialização de ingresso em sua religião, quando esta ocorrer após a matrícula, com justificativa e declaração atualizada e assinada pelo líder religioso. Para fins de deferimento e efeito do regime de exercício domiciliar é considerada a data do requerimento, sem efeito retroativo, sendo necessária a renovação do requerimento no início de cada período letivo.
- Ao estudante que, matriculado em Órgão de Formação de Reserva, venha a faltar por período superior a 14 (catorze) dias, em decorrência de exercício ou manobras programados pela Administração Militar e ao reservista que seja chamado para fins de exercício de

apresentação das reservas ou cerimônia cívica, devendo ser solicitado à RACI em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data do evento.

### **13. REOFERTA DE DISCIPLINAS**

O aluno que reprovar em qualquer disciplina nas quais ele se matriculou em um determinado semestre do curso, deve refazê-la conforme uma das seguintes opções:

I. Matricular-se no componente curricular reprovado, ofertado em curso subsequente correspondente no IFC e solicitar reaproveitamento, desde que haja compatibilidade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e conteúdos;

II. Matricular-se no componente curricular reprovado em semestre posterior no mesmo curso subsequente;

III. Matricular-se no componente curricular reprovado em regime de reoferta quando oferecido pela instituição.

Nos cursos EJA-EPT, Subsequente, Concomitante, Graduação e Pós-graduação o estudante pode cursar os componentes curriculares em que tenha reprovado em tempo concentrado de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária, desde que atendidos os objetivos da disciplina e que essa medida esteja prevista no PPC.

### **14. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS**

Os estudos realizados por estudantes em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras ou em outros cursos do IFC são passíveis de aproveitamento. O aproveitamento de componentes curriculares somente se dará entre componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino, ou do nível maior para o menor, exceto para os cursos técnicos integrados.

Os cursos a que se refere o caput deste artigo devem ser legalmente reconhecidos ou autorizados para que se proceda o aproveitamento. O requerimento do interessado, solicitando aproveitamento de estudos, deve ser protocolado na RACI e instruído com:

- Histórico escolar original, no qual constem os componentes curriculares cursados com suas respectivas cargas horárias, frequência e resultados obtidos;
- Programa dos componentes curriculares, contendo ementário, cursados com aprovação;
- Documento comprobatório de autorização ou reconhecimento do curso, quando realizado no Brasil.

Quando se tratar de documento oriundo de instituição estrangeira, é obrigatória a tradução. Os componentes curriculares devem ser registrados com código e carga horária dos seus

correspondentes no IFC, com a menção de que foram aproveitados sendo atribuídas nota, frequência e período letivo do deferimento.

O pedido de aproveitamento de estudos é encaminhado ao coordenador do curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de curso. O docente e colegiado de curso analisarão se o programa do componente curricular cursado na instituição de origem atende aos objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado. É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem, ou de partes deles, para atender as condições de aproveitamento, sendo registrada no histórico escolar do estudante o resultado da média aritmética dos componentes aproveitados. Os componentes curriculares cursados no IFC que possuem equivalência registrada no PPC do curso e no sistema acadêmico, são aproveitados automaticamente de acordo com as informações constantes no sistema oficial de registro e controle acadêmico.

Para estudos realizados no próprio IFC, quando os componentes curriculares não possuem equivalências previstas no PPC do curso, o estudante pode solicitar aproveitamento ao coordenador de curso, de acordo com os prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

## **15. DA AVALIAÇÃO DO EXTRAORDINÁRIO SABER**

A Avaliação do Extraordinário Saber é um instrumento de flexibilização curricular, que permite aos discentes a dispensa de cursar um ou mais componentes curriculares do curso, exceto dos cursos técnicos integrados.

- O estudante interessado em prestar a avaliação, deve encaminhar requerimento ao Coordenador do Curso, protocolando junto à RACI, de acordo com o Calendário Acadêmico, justificando que possui os conhecimentos necessários para a solicitação de Avaliação de Extraordinário Saber;
- A RACI encaminhará o requerimento para análise da Coordenação de Curso que decidirá pelo deferimento ou indeferimento das solicitações em até 5 (cinco) dias úteis;
- A certificação de conhecimentos adquiridos de maneira não-formal será realizada por uma Comissão nomeada pelo Diretor do *Campus* e constituída por um membro da equipe pedagógica e docentes dos componentes curriculares, objeto de certificação;
- O estudante não pode solicitar a Avaliação do Extraordinário Saber em componentes curriculares nos quais tenha sido reprovado, seja por frequência ou nota;
- A solicitação da aplicação do instrumento deve obedecer o prazo previsto no Calendário Acadêmico;

- O estudante só pode solicitar a Avaliação do Extraordinário Saber relativa a determinado componente curricular se tiver cumprido com aprovação o(s) pré-requisito(s) do mesmo, quando houver;
- A Avaliação do Extraordinário Saber em cada componente curricular é concedida ao estudante apenas uma vez;
- Não é concedido o direito à realização da Avaliação do Extraordinário Saber nos componentes curriculares: Estágio Curricular Supervisionado, Monografia, Trabalho de Conclusão de Curso, Projetos e Práticas como Componente Curricular;
- Na Avaliação do Extraordinário Saber a nota mínima para aprovação é definida de acordo com o sistema de avaliação do curso;
- Cabe à Banca examinadora lavrar ata final do exame do desempenho extraordinário, onde constará a média aritmética das etapas avaliativas, nome do estudante e identificação do componente curricular, encaminhando-a juntamente com a avaliação corrigida, devidamente assinada por seus integrantes, à RACI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o resultado. A banca examinadora comunicará à Coordenação de Curso o resultado da avaliação;

## 16. ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

O Curso Técnico em Administração Campus Fraiburgo prevê a possibilidade da realização de estágio não-obrigatório (opcional).

Os estudantes poderão realizar estágios que complementam algum campo de conhecimento específico do curso, com intuito de aperfeiçoar sua prática na área. Somente estará apto a iniciar o estágio o estudante que tiver concluído pelo menos 50% das disciplinas da matriz curricular do curso. Casos excepcionais poderão ser objeto de análise pelo NDB e colegiado para liberação deste requisito.

Caso o aluno decida realizar o Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório, o estudante deverá cumprir 150 (cento e cinquenta) horas de estágio e deve ter obrigatoriamente:

I - Orientador do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório, docente do IFC da área a ser desenvolvida no estágio, responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do estudante durante a realização dessa atividade.

II - Supervisor de campo, profissional lotado na unidade de realização do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do estudante durante o desenvolvimento dessa atividade.

O Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório é registrado como integrante dos componentes curriculares que cumprem a carga horária referentes às atividades eletivas. O estudante tem a obrigação de entregar um relatório final à unidade onde se realiza o estágio e ao docente orientador. No caso de Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório o seguro é responsabilidade da parte concedente do estágio.

As atividades de Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório, observada a Lei no 11.788 de 25 de setembro de 2008, serão definidas e normatizadas por um Regimento Geral de Estágios do IFC, aprovado pelo Conselho Superior, pela Resolução nº 010/2021 – Organização Didática dos Cursos do IFC, pelo Manual de Normas e Procedimentos Acadêmicos do IFC e pelo Regulamento de Estágios de cada curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O estágio não poderá ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Quando não houver aulas presenciais o estágio poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais. Caso o discente não realize o estágio supervisionado, este poderá solicitar, mediante formulário disponibilizado pelo Coordenador de Extensão e Estágio do IFC *Campus* Fraiburgo, a validação das 150 horas realizadas em projeto de pesquisa, como também de extensão. A aprovação da validação de horas de estágio deverá ser realizada pelo NDB do curso.

## 17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

O aluno deverá realizar trabalho de conclusão de curso (TCC), em componente curricular específico, oferecido no terceiro semestre letivo do curso. O TCC é de grande importância para a formação no Curso Técnico de Administração, pois permite ao aluno direcionar sua formação para o estudo de um tema de seu interesse articulado com o aprendizado oriundo de todo o curso. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) caracteriza-se como uma atividade didático-pedagógica obrigatória, completamente dedicada à pesquisa curricularizada. O TCC deve estar ligado a áreas afins ao Curso Técnico em Administração, visando:

- Oportunizar ao aluno a iniciação à pesquisa;
- Sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso; e, Construir conhecimentos, objetivando a geração de soluções, produtos ou serviços relacionados à prática profissional do curso.

O Trabalho de Conclusão será apresentado de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O componente curricular TCC contará com um professor coordenador. São atribuições do professor coordenador:

- Coordenar e zelar pela execução dos TCCs, juntamente com os professores orientadores.



- Supervisionar o andamento do componente curricular, contando com o auxílio de professores que atuam como orientadores.
- O acadêmico deverá realizar o TCC individualmente, ou em grupo, conforme decisão do NDB do curso, em articulação com o professor coordenador da disciplina de TCC. Para a realização do TCC, cada aluno, ou grupo, quando for o caso, será orientado por um professor atuante no curso, que seja, preferencialmente da área relacionada ao tema escolhido.

São atribuições do professor orientador:

- Auxiliar o acadêmico a desenvolver as atividades previstas para a realização do TCC;
- Orientar o acadêmico de modo teórico e prático no que se refere a execução da pesquisa e na elaboração do texto final do TCC;
- Reservar carga horária para realizar orientação, presencial e/ou à distância do acadêmico orientando;
- Revisar e orientar alterações nas versões do texto produzido a partir da atividade de pesquisa;
- Auxiliar o acadêmico na elaboração da apresentação oral do TCC;
- Fazer parte da avaliação do TCC.

São atribuições do acadêmico, quando da elaboração do TCC:

- Desenvolver as atividades previstas para o TCC, conforme programa definido pelo professor coordenador do componente curricular e/ou pelo professor orientador;
- Cumprir integralmente o total de horas previstas para o TCC;
- Ser assíduo e pontual tanto no desenvolvimento e na entrega dos relatórios e atividades exigidas;
- Informar ao professor orientador qualquer dificuldade para a realização do TCC.

A avaliação do TCC considerará os seguintes aspectos:

Elaboração e entrega do Trabalho de Conclusão de Curso nos prazos previstos; análise da qualidade do relatório final do TCC; apresentação oral do TCC.

A nota final do TCC resultará da média das notas atribuídas ao aluno, no mínimo, pelo professor orientador e o professor da disciplina, que avaliarão o trabalho final e a apresentação oral do Trabalho de Conclusão de Curso.

A nota final será obtida pela média aritmética simples de no mínimo 2 e no máximo 4

professores avaliadores. Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

## 18. MATRIZ CURRICULAR

O Curso Técnico de Educação Profissional de Nível Médio Subsequente em Administração está estruturado em regime semestral, com a matriz curricular dividida em três semestres, perfazendo um total de 9000 horas de formação, conforme exposto no quadro abaixo e respectivas ementas no Apêndice 1:

Fase do Curso	Componente Curricular	Carga Horária Total	Carga Horária Atividade Teórica	Carga Horária Prática Profissional	Curricularização da Pesquisa e Extensão
1º	Fundamentos da Administração*	60h	60h	---	---
	Desenvolvimento Pessoal e Profissional*	30h	30h	---	---
	Metodologia do Trabalho Acadêmico *	30h	30h	---	30h
	Informática Aplicada*	60h	60h	---	---
	Matemática Básica	30h	30h	---	---
	Legislação Empresarial	30h	26h	4h	---
	Comunicação Empresarial *	60h	54h	6h	---
<b>SUB TOTAL</b>		<b>300h</b>	<b>270h</b>	<b>10h</b>	<b>30h</b>
2º	Contabilidade Empresarial *	60h	54h	6h	---
	Gestão de Pessoas *	60h	54h	6h	10h
	Matemática II	60h	60h	---	---
	Marketing e Serviços*	60h	54h	6h	---
	Legislação Empresarial II	60h	60h	---	---
<b>SUB TOTAL</b>		<b>300h</b>	<b>235h</b>	<b>18h</b>	<b>10h</b>

3 <sup>o</sup>	Gestão Estratégica*	30h	24h	6h	---
	Gestão da Produção*	60h	30h	---	---
	Empreendedorismo*	60h	25h	5h	---
	Gestão Financeira*	60h	54h	6h	---
	Optativa	30h	30h	---	---
	TCC**	60h	60h	---	60h
SUB TOTAL		<b>300h</b>	<b>170h</b>	<b>17h</b>	<b>60h</b>
<b>TOTAL</b>		<b>900h</b>	<b>855h</b>	<b>45h</b>	<b>100h</b>

Legenda: \* disciplinas com equivalência de oferta e horas aula com o Campus São Francisco do Sul

\*\* A carga horária da disciplina de TCC, para fins de curricularização, é inteiramente dedicada à pesquisa.

### 18.1. Componentes curriculares optativos

Componente Curricular	Carga Horária
LIBRAS	30h
Língua Espanhola	30h
Língua Inglesa	30h
Legislação Empresarial III	30h
Gestão Ambiental	30h

## 19. TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DO CAMPUS

EQUIPE DE SERVIDORES TÉCNICOS		
Nome do Servidor	cargo	Titulação

Carolina Andrioli Milkevicz	Assistente em Administração	Especialização
Daiane Máisa Patzlaff	Técnica em Assuntos Educacionais	Especialização
Davi Penno	Psicólogo	Especialização
Dheime Romanatto Trevisol	Auxiliar em Administração	Especialização
Douglas Carlesso	Assistente em Administração	Especialização
Edinéia Maria Torquatto da Silva	Auxiliar de Biblioteca	Especialização
Giceli Peretti	Auxiliar de Biblioteca	Ensino Superior
Gisele Vian	Assistente em Administração	Ensino Superior
Helder Alves Ribeiro	Analista em Tecnologia da Informação	Especialização
João Leandro Pereira da Silveira	Técnico em Tecnologia da Informação	Especialização
Jocta Gleison Teixeira Miranda	Assistente em Administração	Graduação
José Coito	Assistente em Administração	Ensino Médio
Juceli Baldissera Felckilcker	Técnica em Assuntos Educacionais	Mestrado
Juliano Rettore	Técnico em Tecnologia da Informação	Especialização
Lucas Restelli	Contador	Especialização
Marcos D. Martins dos Santos	Assistente de Alunos	Ensino Médio
Maria Salete Boing	Pedagoga/Orientação Educacional	Especialização
Mateus Antunes	Administrador	Especialização
Mirela Patrini Gauloski Sens	Bibliotecária	Especialização
Nilce Inês Bueno Costa	Assistente em Administração	Especialização
Rafael Rodrigo Sens	Técnico em Segurança do Trabalho	Ensino Médio

Sandra de Fátima Lucietti	Pedagoga/Área: Supervisão Escolar	Mestrado
Suelen Graff	Técnica em Tecnologia da Informação	Especialização
Vera Greppner	Assistente em Administração	Especialização
Verene Aparecida de Araujo	Assistente de Alunos	Especialização
Willian Pedro Teixeira da Silva	Técnico em Laboratório Informática	Especialização

## 20. CORPO DOCENTE

O corpo docente do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio é composto pelos docentes abaixo relacionados:

EQUIPE DE SERVIDORES DOCENTES		
Claudio Bertotto	40	Licenciatura em Filosofia. Licenciatura em Sociologia. Mestre em Ciências Sociais - Antropologia.
Daiani Lodete Pirola	40	Graduação em Licenciatura em Matemática. Especialização em Matemática Computacional. Mestrado em Educação Científica e Tecnológica.
Elaine Ribeiro	40	Letras Português/Espanhol e suas respectivas literaturas. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Espanhola. Mestrado em Letras.
Felipe de Oliveira Lamberg Henriques dos Santos	40	Graduação em Matemática. Especialização em Educação Matemática. Mestrado em Matemática e Computação Científica.
Gilberto Speggorin de Oliveira	40	Bacharel em Ciência da Computação. Especialista em Administração de Empresas. Especialista em Informática. Mestre em Computação.
Luis Cláudio Villani Ortiz	40	Graduação em Ciências Econômicas. Mestrado em Economia. Doutorado em Desenvolvimento Regional.
Maria Paula Seibel Brock	40	Graduada em Letras Inglês/Português e Respektivas Literaturas. Especialista em Língua Inglesa. Mestra em Linguística Aplicada.

Rafael Vinícius Martins	40	Bacharel em Direito. Especialização em Direito Material e Processual do Trabalho, Metodologia da Pesquisa e Educação à Distância. Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica.
Ricardo Annes	40	Bacharel em Administração - Análise de Sistemas. Especialista em Ciência da Computação; Especialista em Informática na Educação; Mestre em Ciência da Computação.

## 21. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA

O IFC *Campus* Fraiburgo conta com uma estrutura adequada para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas e para atividades complementares em seus diversos espaços. Atualmente, há um infraestrutura de 4.537,05 m<sup>2</sup>, contendo:

- 9 (nove) Salas de aula;
- 1 (um) Laboratório de Ciências;
- 1 (um) Laboratório de Línguas;
- 4 (quatro) Laboratórios de Informática com programas específicos para o curso;
- 1 (um) Laboratório de Hardware;
- 4 (quatro) Salas de professores;
- 1 (uma) Sala para atendimento da Coordenação Geral de Ensino (CGE) e Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
- 1 (uma) Sala para atendimento da Coordenação de Extensão e da Pesquisa;
- 1 (uma) Sala para atendimento do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE);
- 1 (uma) Sala para atendimento psicológico e do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas
- 1 (uma) Sala da Assistência Social e do Atendimento Educacional Especializado;
- 1 (uma) Sala de Coordenação de Curso;
- 1 (um) Refeitório;
- 1 (uma) Biblioteca com 4 salas individuais de estudo;
- 1 (um) Auditório;
- 13 (treze) Salas para atividades administrativas.

## **21.1 Biblioteca**

A Biblioteca do Campus conta com acervo composto de Normas Técnicas e livros específicos e atualizados.

## **21.2. Áreas de ensino específicas**

O Campus dispõe de um Laboratório de Edificações e Segurança do Trabalho

## **21.3 Área de esporte e convivência**

Há duas áreas destinadas para o esporte e lazer/convivência dos estudantes. Uma destas áreas é coberta e possui mesas e cadeiras, além de duas mesas de ping-pong. A outra área é aberta e conta com uma quadra de esportes e espaço que será destinado para a cantina do Campus.

## **21.4 Área de atendimento ao estudante**

A sala dos professores é destinada para o atendimento aos estudantes. Porém, no Campus há outros espaços que podem ser utilizados para atendimento, como por exemplo a sala de reuniões ou ainda o espaço onde ficam as mesas da área de convivência.

## **22. REFERÊNCIAS**

BRASIL. MEC, SETEC, Documento Base. Brasília, 2007

Brasil.MTE.CAGED-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/2015

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº. 11/2001 e Resolução CNE/CEB nº. 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Decreto nº 5.154. 23 de julho de 2004.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Decreto nº 5.478. 24 de junho de 2005.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Decreto nº 5.840. 13 de julho de 2006.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Brasília, 2008.

CEE/CBIC. A Indústria da Construção Brasileira no Início do Século XXI: Análise e Perspectivas. Belo Horizonte: Banco de Dados CBIC, 1998.

CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 4.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. IBGE. Cidades@.2010

IBGE. PNAD 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IRELAND, T.; MACHADO, M. M.; PAIVA, J. Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos – V CONFINTEA. In: Educação de Jovens e Adultos. Uma memória contemporânea 1996 – 2004. Brasília: MEC: UNESCO, 2004. (Coleção Educação para Todos). p. 41-49.

Normativa Nº 002/CONCAMPUS/2014 - Dispõe sobre os procedimentos par recuperação de estudos.

Normativa Nº 002/2015/CONCAMPUS que dispõe sobre os procedimentos par realização de avaliação em segunda chamada, exames finais em segunda chamada pedidos de revisão de avaliações.

OLIVEIRA, M. K de. Jovens e Adultos como sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem, trabalho apresentado na XXII ANPEd, Caxambu, 1999.

Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In:

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Edição de bolso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RESOLUÇÃO Nº 010/2021/CONSUPER que dispõe sobre a Organização Didática dos Cursos do Instituto Federal Catarinense.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo Cortez, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade, uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SEBRAE - **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**.2013.

SOLÉ, I.; COLL, C. **Os professores e a concepção construtivista**. In: COLL. C et al. O construtivismo na sala de aula. 6.ed. São Paulo: Ática, 1996. p.9-28. (Série Fundamentos).

UNIVALI. **Processo de Reconhecimento**. Curso de Educação de Jovens e Adultos de Ensino Fundamental e Médio.

<http://portal.mec.gov.br> [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br) [www.infoescola.com](http://www.infoescola.com)



---

**APÊNDICE 1 - EMENTAS DOS COMPONENTES  
CURRICULARES**

## PRIMEIRA FASE

### Fundamentos da Administração

OBJETIVO	Proporcionar ao estudante o conhecimento sobre as teorias administrativas. Deverá dominar as funções de planejamento, organização, direção e controle dentro do contexto organizacional.
EMENTA	Fundamentos da administração. Escolas da Administração. As novas tendências da administração. Princípios e funções administrativas no processo integrado de gestão. Contexto organizacional.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<b>BÁSICAS</b>
	CHIAVENATO, I. Introdução a Teoria Geral da Administração: edição compacta. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2004. MAXIMIANO, A. C. Teoria Geral de Administração: edição compacta. São Paulo: Atlas, 2006. CARAVANTES, G. R.; PANNO, C.; KLOECKNER, M. C. Administração: teorias e processos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<b>COMPLEMENTARES</b>
	CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007 MAXIMIANO, A. C. Introdução à Administração. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. COHEN, William A. Uma aula com Drucker: as lições do maior mestre de administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. BUCHSBAUM, M.; BUCHSBAUM, P. Administração na prática. Negócios S/A. 1 ed. Editora: CENGAGE, 2011. RIBEIRO, A. de L. Teorias da Administração. 2 ed. rev. E atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

### Desenvolvimento Pessoal e Profissional

OBJETIVO	Apresentar conceitos e trabalhar aspectos pessoais e profissionais sob a perspectiva do desenvolvimento de competências comportamentais a partir uma reflexão ética, contextualizada da sociedade e reconhecer a importância do processo de conscientização ética do profissional no desenvolvimento integral
----------	---

	dos indivíduos.
EMENTA	Perfil profissional do técnico em administração. Desinibição e Oratória . Orientação e planejamento de carreira. Escolha e projeto de futuro profissional. Mercado de trabalho e empregabilidade. Capacitação profissional. Networking e Etiqueta Profissional.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<b>BÁSICAS</b>
	<p>APEL, K-O. Estudos de moral moderna. Petrópolis:Vozes, 1994.</p> <p>BENNETT,C. Ética Profissional -Série Profissional. Cengage Learning. 2008.</p> <p>LOPES DE SÁ, Antonio. Ética Profissional. 2a ed. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001</p> <p>PASSOS, Elizete Silva. Ética nas Organizações: Uma introdução. Salvador: Passos &amp; Passos, 2000.</p> <p>SARRIERA, J. Câmara, S. Berlim, C. Formação e Orientação Ocupacional: manual para jovens à procura de emprego. Ed Sulina, Porto Alegre, 2006.</p>
	<b>COMPLEMENTARES</b>
	<p>DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A.P. Habilidades Sociais, Desenvolvimento e Aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção. Campinas: Alínea, 2007.</p> <p>TOWSEND,H. Networking profissional: guia financial Times. Rio de Janeiro: Makron Books, 2011.</p> <p>CFA. Código de Ética dos Profissionais de Administração. Conselho Federal de Administração. Disponível em <a href="http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/codigo_etica/Codigo_de_Etica_WEB.pdf">http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/codigo_etica/Codigo_de_Etica_WEB.pdf</a></p> <p>SHERVINGTON, M.. Coaching Integral - Além do Desenvolvimento Pessoal. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.</p> <p>ALVAREZ, Ana. Cresça e Apareça - Estratégias para o Desenvolvimento Profissional e Pessoal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.</p>

## Metodologia do Trabalho Acadêmico

OBJETIVO	Conhecer a metodologia e a aplicabilidade dos métodos e normas de pesquisa e elaboração de trabalhos acadêmicos. A interdisciplinaridade do componente curricular com a pesquisa e extensão ocorrerá via realização de estudos que envolvam temática da atividade laboral e a produção científica que envolva a temática do curso.
EMENTA	Ciência, conhecimento científico, critérios de cientificidade. Os métodos quantitativos e qualitativos. O planejamento da pesquisa. Análise e apresentação de dados e resultados. Elementos da pesquisa: Tema, Problema, Objetivos, Justificativa, Referenciais Teóricos e Conceituais. Referências. Normas da ABNT. Formatação de

	trabalhos acadêmicos.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<b>BÁSICAS</b>
	ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010. VERGARA, S.C. Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Editora Atlas, 2005. PEREIRA, J.M. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2007.
	<b>COMPLEMENTARES</b>
	FLICK, U. Coleção pesquisa qualitativa. Bookman, 2011. THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 17. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

## Informática Aplicada

<b>OBJETIVO</b>	Levar o aluno a compreender os conceitos básicos sobre Informática tendo consciência da importância da informática. Desenvolver habilidades práticas básicas para uso do computador e da Internet em atividades administrativas
<b>EMENTA</b>	Internet. Navegação em Sistema Operacional e Internet. Segurança da informação. Editor de texto, Planilha Eletrônica e Aplicativos de apresentação: estudos aplicados ao trabalho administrativo. Fórmulas, atalhos. Softwares e ferramentas aplicáveis à rotina administrativa. Sistemas de Informações Gerenciais.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<b>BÁSICAS</b>
	CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. xv, 350 p. ISBN 8587918885. NORTON, Peter. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Makron Books, 2009. - 619 p. + 1 CD-ROOM. – ISBN 9788534605151. Estudo dirigido de Microsoft Office excel 2010: / 2012 - ( Livros ) MANZANO, André Luiz. Estudo dirigido de Microsoft Office excel 2010. São Paulo: Érica, 2012. 192 p. (Coleção PD Estudo dirigido). I
	<b>COMPLEMENTARES</b>
	CRUZ, Décio Torres; SILVA, Alba Valéria; ROSAS, Marta. Inglês com textos para informática. Barueri: Disal S. A., 2001. 189 p. ISBN 859017851X. DEITEL, Harvey M.; DEITEL, Paul J; CHOFFNES, David R. Sistemas operacionais. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 760 p. ISBN 9788576050117. LEVINE, John R; YOUNG, Margaret

Levine. Internet para leigos. 13. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013. 350 p. (Para leigos). ISBN 9788576088080.  
MARINOTTO, Demóstenes. Reading on info tech: inglês para informática. São Paulo, SP: Novatec, 2003. 176 p. ISBN 8575220411. MORIMOTO, Carlos E. Hardware II: o guia definitivo. Porto Alegre: Sul Editores, 2013. 1086 p. ISBN 9788599593165.

## Matemática Básica

### Objetivo

Proporcionar ao estudante conhecimentos básicos da Matemática que possam contribuir para o processo de aprendizagem de disciplinas específicas da área da Administração.

### Ementa

Razão e Proporção; Grandezas Proporcionais; Porcentagem; Regra de Três; Teoria dos Conjuntos; Relações; Funções aplicadas à Administração.

### Referências Bibliográficas

#### Básica:

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto. Matemática Completa: 1a série: ensino médio. 2. ed. São Paulo: FTD, 2005. 400 p. (Coleção Matemática Completa).  
IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações 1: ensino médio. 8. ed. São Paulo: Atual, 2014. 448 p. ISBN 9788535719598.  
RIBEIRO, Jackson. Matemática: ciência, linguagem e tecnologia, 1: ensino médio. São Paulo: Scipione, 2013. 383p. v.1 ISBN 9788526277304.

#### Complementar:

BARRETO FILHO, Benigno; SILVA, Cláudio Xavier da. Matemática participação e contexto. São Paulo: FTD. ISBN: 9788532269102.  
BENETTI, Bruno. Matemática acontece: volume único. São Paulo: Editora do Brasil, 2012. ISBN: 9788510053174.  
DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações: ensino médio. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011. 496 p. ISBN 9788508129669. MACHADO, Antônio dos Santos. Matemática Machado: volume único. São Paulo: Atual, 2012. ISBN: 9788535715651.  
SANTOS, Carlos Alberto Marcondes dos; Gentil (Professor); GRECO, Sérgio Emílio. Matemática: volume único. 7. ed. reform. São Paulo, SP: Ática, 2003. 424p. (Novo ensino médio). ISBN 9788508086238.

## Legislação Empresarial

### OBJETIVO

Contribuir para a formação e capacitação individual e profissional para a compreensão da matéria e atuação na área jurídica e administrativa, sobretudo acerca dos aspectos legislativos da relação oriunda do Contrato Individual de Trabalho.

EMENTA	Contrato Individual de Trabalho; Carteira de Trabalho; Remuneração e Salário; Jornada de Trabalho, Intervalos, DSR; Férias; Ausências ao trabalho; Licenças; Faltas cometidas pelo empregado e pelo empregador; Rescisão indireta; Demissão sem e com justa causa; Verbas rescisórias; Reflexos.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<p><b>BÁSICAS</b></p> <p>DELGADO, Maurício G.. Curso de Direito do Trabalho. 18. ed - São Paulo: LTr, 2019.  GENRO, T. F. Direito Individual do Trabalho. São Paulo: LTr, 1994.  SARAIVA, Renato. Direito do trabalho para concursos públicos. 12.ed – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.</p>
	<p><b>COMPLEMENTARES</b></p> <p>MARANHÃO, D. Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.  MARTINS, S. P. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 1998.  MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 32. ed – São Paulo: Malheiros, 2015.  MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 41.ed – São Paulo: Malheiros, 2015.  BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em &lt;<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm</a>&gt;</p>

## COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

OBJETIVO	Aperfeiçoar os conhecimentos e as habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos; Reconhecer e elaborar textos empresariais (profissionais) claros em meio ao universo de tipos e gêneros textuais; Utilizar corretamente os seguintes tópicos gramaticais de estrutura da língua envolvidos na constituição dos textos empresariais, de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa: modos e tempos verbais, pronomes relativos e demonstrativos, operadores argumentativos e tipos de argumento; Reconhecer e utilizar gêneros que promovam a comunicação empresarial.
EMENTA	Compreensão e produção de textos. Níveis de linguagem e adequação linguística. Comunicação oral e escrita. Gramática aplicada.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<p><b>Básica:</b></p> <p>GOLD, Miriam. Redação Empresarial. São Paulo: Pearson, 2010.  MEDEIROS, João Bosco. Redação Empresarial. São Paulo : Editora Atlas, 2009.  PLATÃO &amp; FIORIN. Para entender o texto: Leitura e Redação. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1997</p>

Complementar:

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.  
GUIMARÃES, T.C. Comunicação e Linguagem. São Paulo: Pearson, 2012  
MARTINS, Dileta Aparecida P.; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental. São Paulo: Atlas, 2007  
MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental. 7.ed. São Paulo : Atlas, 2008  
MELLO, Fernanda Mello. Português Instrumental. Gestão e Negócios. Série Eixos. 1ª edição. Ática, São Paulo: 2014

SEGUNDA FASE

CONTABILIDADE EMPRESARIAL

OBJETIVO

Compreender as noções básicas dos principais procedimentos de contabilidade. Construir domínio para uma leitura técnica das apurações e demonstrações contábeis.

EMENTA

Noções preliminares. Campo de atuação da contabilidade. Objetivos da Contabilidade. Aspectos Legais da Contabilidade. Procedimentos contábeis básicos. Apuração de Resultado. Demonstrações contábeis

REFERÊNCIAS  
BIBLIOGRÁFICAS

BÁSICAS

CREPALDI, S. A. Curso básico de contabilidade: resumo da teoria. São Paulo: Atlas, 2003.  
GOUVEIA, N. Contabilidade básica. 2 ed. São Paulo: Habra, 2001.  
MARION, J. C. Contabilidade básica. São Paulo: Atlas, 2004.

COMPLEMENTARES

ARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis. São Paulo: Atlas.  
ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro. São Paulo: Atlas.  
BORNIA, C. Análise gerencial de custos. São Paulo : Atlas, 2002.  
FERRONATO, A. J. Gestão contábil -financeira de micro e pequenas empresas: sobrevivência e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2011  
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas.

## Gestão de Pessoas

OBJETIVO	Entender etapas de relacionamento com funcionários, desde o recrutamento, seleção, contratação até o desligamento. Calcular folha de pagamento.
EMENTA	Políticas e práticas de recursos humanos. Gestão Estratégica de Pessoas. Educação Corporativa. Recrutamento, seleção, acolhimento e integração. Remuneração e Benefícios. Treinamento e desenvolvimento. Avaliação de desempenho. Qualidade de Vida no Trabalho e Segurança no Trabalho.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	BÁSICAS
	CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. LACOMBE, Francisco. Recursos Humanos. São Paulo : Saraiva, 2009. MARRAS,J.P.; Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 14 ed. São Paulo: saraiva, 2011.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	COMPLEMENTARES
	DESSLER, G. Administração de recursos humanos. 2 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003. MILKOVICH,G.T.;BOUDREAU, J.W. Administração de recursos humanos. São Paulo:Atlas, 2000. RABAGLIO, M. O. Seleção por competências. 2 ed. São Paulo: Educator, 2009. RIBEIRO, A.L. Gestão de pessoas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. VERGARA, S.C. Gestão de pessoas. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

## MATEMÁTICA II

OBJETIVO	Habilitar o aluno com as ferramentas da Matemática Financeira, a fim de utilizar e aplicar os conhecimentos teóricos e práticos dessa área no auxílio à Gestão Administrativa. Saber realizar pesquisas, coletar dados, representá-los, interpretá-los e, de posse de instrumentos estatísticos, tomar decisões para situações do cotidiano.
EMENTA	Introdução à Matemática Financeira (valor do dinheiro no tempo, juro, capital, taxa e montante); Juros Simples; Descontos Simples; Juros Compostos; Descontos Compostos; Amortização; Séries de Pagamentos. Conceitos Básicos da Estatística; Distribuição de Frequência; Representação Gráfica de Dados Estatísticos; Medidas de Posição; Medidas de Dispersão; Noções sobre Probabilidade; Correlação e Regressão
REFERÊNCIAS	BÁSICAS



BIBLIOGRÁFICAS	BRUNI, A. L. Estatística aplicada à gestão empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Complementar: SAMANÉZ, C. P. Matemática financeira. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. TIBONI, C. G. R. Estatística básica: para os cursos de administração, ciências contábeis, tecnológicos e de gestão. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
	COMPLEMENTARES
	PUCCINI, A. L. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 9. ed. São Paulo: Elsevier, 2011. MATHIAS, W. F.; GOMES, J. M. Matemática Financeira: com + de 600 exercícios resolvidos e propostos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. SANTOS, J.O. Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático. São Paulo: Atlas, 2014. SOBRINHO, J. D. V. Matemática financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. STEVERSON, W. J. Estatística Aplicada à Administração. São Paulo. Harbra, 2001.

## Marketing e Serviços

OBJETIVO	Desenvolver habilidades e competências sobre as formas de Marketing e como isso potencializa a experiência dos produtos e serviços junto ao consumidor, desde a criação da marca, identificação dos mercados e formas de incentivar a sua compra. Desenvolver conceitos introdutórios sobre serviços e a gestão para melhoria e qualidade na prestação de serviços, usando ferramentas administrativas.
EMENTA	Marketing. Composto de marketing. Comportamento do Consumidor. Pesquisa de Marketing. Mercado Global e Marketing Digital. Planejamento de Marketing. Conceito de Serviços, Marketing de Serviços e Composto de Serviços.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	BÁSICAS
	COSTA NETO, P. L.O. Gestão do Processo de Desenvolvimento de Serviços. São Paulo: Atlas, 2010 CHURCHILL, Jr. Gilberto. Marketing. São Paulo: Ed. Saraiva, 2000. DALLADONNE, J. Gestão de Serviços. São Paulo: Senac-Sp, 2009.
	COMPLEMENTARES
	LAS CASAS, Administração de marketing: planejamento e aplicações à realidade brasileira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MALHOTRA, N. K. Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. DANTAS, E. B. Atendimento ao público nas organizações: quando o marketing de serviços mostra a cara. 3 ed. Brasília, DF, Senac, 2010 FITZSIMMONS, J; FITZSIMMONS, M. Administração De Serviços: Operações, Estratégia

E Tecnologia Da Informação. Porto Alegre Bookman, 2014.  
KOTLER, P. ARMSTRONG, G. Princípios de Marketing. Rio de Janeiro: LTC, 1999.  
JOHNSTON, R; SLARK, G. Administração De Operações De Serviço. São Paulo: Atlas, 2014.

## Legislação Empresarial II

### OBJETIVO

Contribuir para a formação e capacitação individual e profissional para a compreensão da matéria e atuação na área jurídica e administrativa, sobretudo acerca dos aspectos legislativos das definições atinentes ao Direito Administrativo.

### EMENTA

Regime jurídico administrativo. Estrutura da administração pública. Atos e poderes administrativos. Noções de Licitações. Servidores públicos. Mecanismos de controle da Administração Pública.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### BÁSICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>  
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 32. ed – São Paulo: Malheiros, 2015.  
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 41.ed – São Paulo: Malheiros, 2015.

#### COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.  
ENTERRÍA, Eduardo García; FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

## TERCEIRA FASE

### Gestão da Produção

#### OBJETIVO

Atingir a idéia de vantagem baseada em produção, possível através dos cinco objetivos de desempenho (vantagens) da função de produção: criação de novos produtos, qualidade, rapidez, confiabilidade, flexibilidade e custo. Responsabilidade Ambiental na Gestão da Produção

#### EMENTA

Ponto de Equilíbrio Operacional; Produtividade; Previsão de demanda; Gestão de processamento de pedidos, Programação e controle da produção. Educação Ambiental.

#### BÁSICAS

JURAN, J. M. A Qualidade desde o projeto, 2a Edição. São Paulo: Cengage, 2009. SLACK N. Chambers, S; JOHNSTON, R .Administração da produção, 3a Edição, São Paulo : Atlas, 2009.

CORRÊA, Henrique Luiz; GIANESI, Irineu G. N; Caon, Mauro. Planejamento, Programação e controle da produção: Mrp li-Erp. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

#### COMPLEMENTARES

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREIA, Henrique e CORREIA, C. ; Administração da produção e operações . S.Paulo : Atlas, 2009.

SEIFFERT, M.E.B. Auditoria de sistemas de gestão: princípios, procedimentos e práticas com ênfase nas normas ISO (9001, 14001, 22000) e OHSAS 18000. São Paulo: Atlas, 2013.

VENANZI,D.;SILVA, O.R. Gerenciamento da produção e operações. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LUDOVICO, Nelson; PENOF, David Garcia; MELO, Edson C. de. Gestão da Produção e Logística. 1 Ed., Editora: Saraiva Editora, 2013.

## Empreendedorismo

### OBJETIVO

Após os estudos, ter a capacidade de inovar produtos, serviços ou processos. Fazer plano de negócios, analisando oportunidades e fraquezas de mercado, pontos fortes e fracos da empresa, análise de concorrentes, custos de abertura de negócio, custo de produtos, estratégia de crescimento.

### EMENTA

Inovação, ideias e oportunidades. Da ideia ao conceito. Vida empreendedora e perfil empreendedor. Empreendedores da atualidade. Competências empreendedoras. Empresa familiar. Empreendedorismo Social. A importância do Plano de Negócio. Incubadoras, aceleradoras e investidores anjos. Franquias. A importância do Plano de Negócio.

### BÁSICAS

CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. Barueri: Manole, 2012.

DORNELLAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. Empreendedorismo. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

### COMPLEMENTARES

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLODOALDO, N.M.; LEONE, P.G. Sucessão na empresa familiar: preparando as mudanças para garantir sobrevivência no mercado globalizado. São Paulo: Atlas, 2005.

DORNELLAS, J.C. A. Criação de Novos Negócios: Empreendedorismo para o século 21. São Paulo: Elsevier, 2010.

DOLABELA, F. Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento e riqueza. São Paulo: Cultura, 2003.

DOLABELA, F. O Segredo de Luisa: Uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. São Paulo: GMT, 2008.

CAVALCANTI, Marly; FARAH, Osvaldo Elias; MARCONDES, Luciana Passos. Empreendedorismo Estratégico Criação e Gestão de Pequenas Empresas. 1 Ed., Editora: Cengage, 2008.

## TCC

### OBJETIVO

Orientar os alunos para a iniciação à pesquisa e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

### EMENTA

Integração e síntese de conhecimentos dentro da área de Administração; aplicação de conceitos sobre metodologia em ciência e tecnologia. Iniciação e técnicas de pesquisa científica. Redação de trabalho acadêmico. Elaboração de projeto de pesquisa.

### BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 5 edição. São Paulo: Atlas, 2005.

GIL, Antônio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2006.

SEVERINO, Antonio J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

### COMPLEMENTARES

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas: [www.abnt.org.br](http://www.abnt.org.br)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa participante. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SALOMON, D.V. Como fazer uma monografia. 10. ed. rev São Paulo: Martins Fontes, 2001.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 17. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

## Gestão Estratégica

### OBJETIVO

Ter capacidade de gerir estrategicamente, a longo prazo, analisando as oportunidades e ameaças presentes no mercado. Tendo uma visão ampla e

	<p>dinâmica da organização. Interpretar os possíveis rumos de mercado e direcionar os negócios para as prováveis oportunidades.</p>
EMENTA	<p>Planejamento estratégico: introdução e olhar sobre modelos teóricos. Elementos da ferramenta Planejamento Estratégico . Forças competitivas e introdução a modelagem de cenários. Processo de Planejamento Estratégico e Cultura Organizacional.</p>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<p><b>BÁSICAS</b></p> <p>WRIGHT, P; KROLL, M; PARNELL, J. Administração estratégica. São Paulo : Atlas, 2000.</p> <p>FERNANDES, Bruno H. R.; BERTON, Luiz Hamilton. Administração Estratégica. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>TAVARES, Mauro Calixta. Gestão Estratégica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010</p>
	<p><b>COMPLEMENTARES</b></p> <p>CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento Estratégico: Fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, c 2004. 415 p.</p> <p>PORTER, Michael E. Competição. Rio de Janeiro: Campus, 2009.</p> <p>GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique Luiz. Administração Estratégica de Serviços. São Paulo: Atlas, 1994. 233 p.</p> <p>ARTHUR A. Thompson Jr.; STRICKLAND III A. J. Planejamento Estratégico: Elaboração, Implementação e Execução. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.</p> <p>PORTER, Michael E. Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989.</p>

## Gestão Financeira

OBJETIVO	<p>Promover a maximização do valor de mercado da empresa. Potencializar a riqueza e garantir a continuidade do empreendimento. Analisar futuros negócios e lançamentos de produtos, serviços e processos. Entender o mercado de ações.</p>
----------	--

<b>EMENTA</b>	Noções de investimento, análise de investimento e financiamento, controle econômico e financeiro, orçamento, fluxo de caixa, apuração de resultado, noção de análise financeira com uso de índices, capital de giro, organização das informações financeiras, cenários econômicos
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>BÁSICAS</b>
	<p>ROPELLI, A. A. &amp; NIKBAKTHIT, Ehsan. Administração Financeira. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>HOJI, Masakazu. Administração Financeira na Prática - Guia para Educação Financeira Corporativa e Gestão Financeira. 4ª Edição. São Paulo, Atlas, 2012.</p> <p>WELSCH, Glenn A. Orçamento Empresarial: Casos. 4. Ed. São Paulo, São Paulo: Atlas, 1992</p>
	<b>COMPLEMENTARES</b>
	<p>MARION, J. C. Contabilidade básica. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis. São Paulo: Atlas.</p> <p>SANTOS, Edno Oliveira dos. Administração Financeira da Pequena e Média Empresa. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MATIAS, Alberto Borges. Administração Financeira Nas Empresas de Pequeno Porte. 1 Ed. Editora: Manole, 2002.</p> <p>PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de Capitais - Fundamentos e Técnicas - 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014</p> <p>GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira Essencial. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman</p>

### Componentes Curriculares Optativos

<b>Língua Inglesa</b>	
<b>OBJETIVO</b>	Possibilitar o desenvolvimento do aprendizado de inglês como língua estrangeira/adicional através da participação em práticas sociais na língua alvo, sejam elas escritas ou orais.
<b>EMENTA</b>	Revisão de estruturas gramaticais básicas da língua inglesa (tempos verbais do presente, passado e futuro, pronomes, verbos modais, preposições, phrasal verbs). Estratégias de leitura e produção de textos de gêneros de nível básico: folhetos, material informativo, websites, e-mails, avisos de software, cartas comerciais.
<b>REFERÊNCIAS</b>	Básicas

BIBLIOGRÁFICAS	Dicionário Oxford Escolar para Estudantes Brasileiros: Português / Inglês – Inglês /Português. Oxford: Oxford University Press, 2010. HANCOCK, M.. English Pronunciation in Use, Cambridge, 2003. MURPHY, Raymond. Essential Grammar in Use. Cambridge: CUP, 2007.
	Complementares
	MCCARTHY, M., O´DELLI, F., English Vocabulary in Use, Cambridge, 2002. OXENDEN, Clive. American English File 1. Student Book. Oxford: OUP, 2008. SOARS, John & Liz. New Headway Beginner. Student Book. Oxford: OUP, 2005. REDMAN, S. Idioms and Phrasal Verbs Advanced. Oxford: Oxford University Press, 2011. WILSON, Ken. First Choice. Student Book. Oxford: OUP, 2007.

Língua Espanhola	
OBJETIVO	Demonstrar competências e habilidades necessárias à expressão oral básica e à compreensão de textos escritos, relacionados à área de estudo, com utilização de estratégias comunicativas adequadas ao objetivo proposto e que permitam acrescentar conhecimentos e qualificação à sua área profissional de administração.
EMENTA	Introdução das estruturas gramaticais básicas da Língua Espanhola necessárias à leitura e à compreensão de textos escritos, tendo em conta a área acadêmica em foco; Vocabulário específico voltado ao universo da administração; Compreensão auditiva e expressão oral básica à comunicação.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	Básicas
	FANJUL, Adrián (Org.). Gramática y práctica de español para brasileños: con respuestas. São Paulo: Moderna, 2014. MILANI, Esther Maria. Gramática de espanhol para brasileiros: volume



	<p>único. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>HERMOSO, Alfredo Gonzalez. Conjugar es facil en español. Madrid: Edelsa, 1996</p>
	<p>Complementares</p>
	<p>MARTIN, Ivan Rodrigues. Síntesis: curso de lengua española: ensino médio: libro 3. São Paulo: Ática, 2012.</p> <p>OSMAN, Soraia et al. Enlaces: español para jóvenes brasileños. 3. ed. Cotia: Mcmillan, 2013.</p> <p>MILANI, Esther Maria. Nuevo listo: volumen único. São Paulo: Moderna, 2012.</p> <p>FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. ¿Qué español enseñar? Madrid: Arco Libros, 2000.</p> <p>UNIVERSIDAD ALCALÁ DE HENARES. Señas: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. 3. ed. São Paulo: Marins Fontes, 2010</p>

Gestão Ambiental	
<b>OBJETIVO</b>	Proporcionar o conhecimento do desenvolvimento de um sistema de gestão ambiental empresarial. Conhecer a importância das Normas ambientais e da Certificação das empresas. Compreender a aplicação da legislação ambiental.
<b>EMENTA</b>	Sistemas de Gestão Ambiental. Sistema de Gestão Integrada. Sistema de Controle Operacional. Legislação Ambiental Aplicada. Política Nacional do Meio Ambiente. Administração e Planejamento ambiental. Diretrizes Internacionais de Meio Ambiente. Tratamento de água e efluentes. NR 25- Resíduos industriais.
<b>REFERÊNCIAS</b>	Básicas

BIBLIOGRÁFICAS	<p>BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. Segurança do trabalho &amp; gestão ambiental. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011. xx, 378 p.</p> <p>CURSO de gestão ambiental. 2. ed., atual., ampl. São Paulo: Manole, 2014. xx, 1245 p. (Coleção ambiental; 13).</p> <p>DONAIRE, Denis. Gestão ambiental na empresa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 169 p.</p>
	Complementares
	<p>AGRELLI, Vanusa Murta. <b>Coletânea de Legislação Ambiental</b>: meio ambiente interno. Vol. 3. Rio de Janeiro:Freitas Bastos, 2002.</p> <p>PHILLIPI JÚNIOR, Arlindo. <b>Saneamento, Saúde e Ambiente</b>: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole. 2005.</p> <p>VALLE, Cyro EYER do. <b>Como preparar para as normas da ISO 14000</b>: qualidade ambiental. 2 ed. Atual. São Paulo (SP): Pioneira, 1996. 137p.</p> <p>MAIMON, Dalia. <b>Passaporte Verde</b>: gestão ambiental e competitividade. Rio de Janeiro (RJ): Qualitymark, 1996. 111p.</p>

Libras	
OBJETIVO	Compreender os aspectos legais que norteiam o uso da Libras; Conhecer aspectos históricos e culturais da educação de Surdos; Conhecer as habilidades básicas expressivas e receptivas próprias da Libras, necessárias à promoção da comunicação entre seus usuários; Expressar-se em Libras na comunicação cotidiana com usuários da língua.
EMENTA	Sistemas de Gestão Ambiental. Sistema de Gestão Integrada. Sistema de Controle Operacional. Legislação Ambiental Aplicada. Política Nacional do Meio Ambiente. Administração e Planejamento ambiental. Diretrizes Internacionais de Meio Ambiente. Tratamento de água e

	<p>efluentes. NR 25- Resíduos industriais.</p>
<p>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</p>	<p>Básicas</p>
	<p>LACERDA, Cristina B. F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Orgs.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013. 254 p. ISBN 9788576003076.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p. ISBN 9788536303086.</p> <p>BRANDÃO, Flávia. Dicionário ilustrado de libras: língua brasileira de sinais. São Paulo: Global, 2011. 719 p. ISBN 9788526015883.</p>
	<p>Complementares</p>
	<p>CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkiria D. (Ed.). Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em Libras. São Paulo: Edusp, 2011. 19 v. ISBN 9788531408267.</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (Org.). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. xv, 127 p. ISBN 9788576058786.</p> <p>FRIZANCO, Mary; HONORA, Márcia. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais III. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. 352 p. ISBN 9788538017998</p> <p>SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010. 123 p. ISBN 9788536228280.</p> <p>GESSER, A.. Libras? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais. São Paulo: Parábola, 2009. 87 p. ISBN 9788579340017.</p>

### Legislação Empresarial III

<b>OBJETIVO</b>	Contribuir para a formação e capacitação individual e profissional para a compreensão da matéria e atuação na área jurídica e administrativa, sobretudo acerca dos aspectos legislativos da área tributária, empresarial, ambiental e do consumidor.
<b>EMENTA</b>	Sistema Tributário Nacional. Princípios Constitucionais. Tributos em espécie. Administração Tributária. Registro de estabelecimento comercial. Propriedade Intelectual. Falência, Recuperação Judicial. Conceitos e princípios no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Âmbito de aplicação das normas de Direito do Consumidor. Contratos de consumo. Esferas de responsabilização e sanções no CDC. Responsabilidade ambiental, Licenças e Legislação aplicável.
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>Básicas</b>
	AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2006 BERTOLDI, Marcelo; RIBEIRO, Marcia Carla P., Curso Avançado de Direito Comercial. São Paulo: RT. CAMPINHO, Sérgio. Direito de empresa à luz do novo Código Civil, Editora Renovar. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros, 2008.
	<b>Complementares</b>
	BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral Direito Tributário. São Paulo: Lejus, 1998. SALOMÃO FILHO, Calixto. Direito Concorrencial: as estruturas. São Paulo: Malheiros. GRINOVER, Ada Pellegrini; Watanabe, Kazuo; Nery Júnior, Nelson. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto - Vols. I e II, 10a Ed. Forense, 2007.

